



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DA
FIGUEIRA DA FOZ**

**ATA N.º 3/2022
SESSÃO ORDINÁRIA
DE 29-04-2022**

“Nos termos do art.º 56.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as atas são publicitadas na íntegra, mediante edital afixado durante 5 dos 10 dias subsequentes à sua aprovação, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 3 da Sessão Ordinária de 29-04-2022

LOCAL - Auditório do Museu Municipal Santos Rocha -----

DATA - 29 de abril de 2022 -----

INICIO - Quinze horas e vinte e sete minutos -----

A sessão iniciou-se com a presença de: -----

PRESIDENTE - José Duarte Pereira PS

1ª SECRETÁRIA - Ana Margarida Pinto da Cunha PS

2ª SECRETÁRIA - Júlio César da Costa Loureiro PS

MEMBROS - Rosa Maria da Costa Reis FAP

João Raul Henriques Sousa Moura Portugal PS

David Manuel Fajardo Azenha FAP

Francisco Nuno Costa de Melo Biscaia PS

Manuel Fernando Rascão Marques PSD

Edgar José Pedrosa Gonçalves FAP

Mafalda Reis de Azevedo PS

José Augusto Fernandes Mateus FAP

José Fernando Guedes Correia PS

Isabel Cristina Guerreiro Pimentel Maia FAP

Maria Isabel Cardoso Guardão Tavares PS

Luís Filipe Santos Claro Marques PSD

Joaquim Francisco da Silva Pereira FAP

Victor Manuel dos Santos Madaleno PS

José António Borges Ligeiro FAP

Célia Maria da Silva Morais PS

António Graça Lapão FAP

José Manuel Cunha Carvão PS

Paulo Jorge Martinho Pinto PSD

Gonçalo Raposeiro Faria FAP

Silvina da Silva Fonseca Anadio de Queiroz CDU

Micaela Miranda Durães FAP

Pedro Miguel da Silva Ribeiro Jorge BE

Gonçalo Andrade de Oliveira FAP

PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA

(Alhadas) Jorge Manuel Bugalho da Silva PS

(Alqueidão) Clarisse da Silva Ferreira Oliveira PS

(Bom Sucesso) Carlos das Neves Batata PS



(Buarcos e São Julião)	Rosa Maria Martins Ferreira Baptista	FAP
(Ferreira-a-Nova)	Susana Maria Rodrigues Oliveira Monteiro	PS
(Lavos)	José Coelho Henriques da Silva	PS
(Maiorca)	Rui Pedro Pinto Ferreira	PS
(Marinha das Ondas)	José Alberto Jordão Suzana	PS
(Moinhos da Gândara)	Gilberto Fajardo Oliveira	PSD
(Paião)	José Alberto da Silva Carvalho	FAP
(Quiaios)	Ricardo Manuel Rodrigues Santos	PS
(São Pedro)	Jorge Aniceto Pimentel dos Santos	PS
(Tavarede)	Fernando António Martins Lopes	PS
(Vila Verde)	Vítor Manuel Gonçalves Alemão	PS

Após verificação do quórum, deu-se início à sessão.-----

SUBSTITUIÇÕES

Paulo Henrique Nisa Mariano por Micaela Miranda Durães, Patrícia Susana Baía da Costa Colaço Machado e Jorge por Gonçalo Andrade de Oliveira, Teotónio Paulo de Jesus Cavaco por Paulo Jorge Martinho Pinto, e Adélia Maria Ramos Batata por Luís Filipe Santos Claro Marques.-----

COMUNICAÇÃO DE AUSÊNCIAS

Paulo Henrique Nisa Mariano, Patrícia Susana Baía da Costa Colaço Machado e Jorge, Teotónio Paulo de Jesus Cavaco, e Adélia Maria Ramos Batata.-----

A - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS DAS SESSÕES ORDINÁRIAS DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021 E 25 DE FEVEREIRO DE 2022

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Coloco para aprovação as atas das sessões ordinárias de 20 de dezembro de 2021 e 25 de fevereiro de 2022.-----

Informo, ainda, que na página 40 da ata de 20 de dezembro de 2021 foi feita uma correção e onde se escreveu «se a memória me atraiçoa» corrigiu-se para «se a memória não me atraiçoa».-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Célia Silva Morais, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, David Fajardo Azenha, deliberou:-----

1 - por maioria, com trinta e três votos a favor dos membros do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária, e Bloco de Esquerda, seis abstenções dos membros do Partido Socialista, José Cunha Carvão e José Jordão Suzana, do Grupo de Cidadãos



Eleitores Figueira A Primeira, Rosa Costa Reis e Gonçalo Andrade Oliveira, e do Partido Social Democrata, Paulo Martinho Pinto e Luís Filipe Marques, por não terem estado presentes na mesma, e sem votos contra, aprovar a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 20 de dezembro de 2021;-----

2 - por maioria, trinta e um votos a favor dos membros do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária, e Bloco de Esquerda, oito abstenções dos membros do Partido Socialista, João Raul Portugal, Nuno Melo Biscaia e Clarisse Silva Oliveira, do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Micaela Miranda Durães, Gonçalo Andrade Oliveira e Rosa Maria Baptista, e do Partido Social Democrata, Paulo Martinho Pinto e Luís Filipe Marques, por não terem estado presentes na mesma, e sem votos contra, aprovar a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 25 de fevereiro de 2022.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

1.2 - LEITURA DO EXPEDIENTE E PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

O **SEGUNDO SECRETÁRIO** deu nota de todo o expediente e correspondência recebida, designadamente:-----

“Convites de algumas coletividades para aniversários e eventos por elas promovidos, onde a Assembleia Municipal se fez representar-----

- Convites do Presidente da Câmara para o(a):-----

- Concerto com Rui Veloso Trio no Centro de Artes e Espectáculos-----
- Sessão Solene Evocativa do 157.º Aniversário dos Bombeiros Sapadores da Figueira da Foz-----
- Sessão pública assinalando o Dia Internacional da Mulher, com entrega de distinções honoríficas a diversas Mulheres Figueirenses-----
- Inauguração de Exposição no âmbito da Comissão/equipa responsável pelas Comemorações de elevação em 1771 da Figueira da Foz à categoria de vila e elevação de cidade em 1882, no Museu Municipal-----
- Assinatura do Auto de Consignação da Empreitada «Implementação do Projeto de Eficiência Energética na Iluminação Pública - SMART-IP» na Casa do Paço-----
- Concerto da Primavera, com a Orquestra Clássica do Centro-----
- Inauguração da Exposição «Máscaras da Ásia» Artes performativas do Museu do Oriente, no Museu Municipal Santos Rocha-----
- Apresentação do Livro «Madalena» de Isabel Rio Novo, Prémio Literário João Gaspar Simões 2021-----



- Convites de:-----
- Figueira Sabor a Mar para o Jantar de Gala no Casino Figueira-----
 - MAGENTA para uma exposição itinerante de pintura e escultura, de Artistas Plásticos da Gens Arte - Associação de Gondomar-----
 - Wiremaze para o 29.º Workshop | Comunicação autárquica online-----
 - Hospital Distrital da Figueira da Foz para as comemorações do seu 50.º aniversário
 - Hospital Distrital da Figueira da Foz para a inauguração do seu novo Bloco Operatório-----
 - Associação da Amizade e das Artes Galego Portuguesa para uma Exposição de arte
 - Naval Remo para a 1.ª Etapa da Taça de Portugal em Remo de Mar - Desafio de Primavera - Coastal - Praia do Forte da Figueira da Foz-----
 - Freguesia de Marinha das Ondas para as comemorações do 94.º aniversário da Freguesia-----
 - Grupo Coral David de Sousa para um Recital de Canto no Teatro Trindade, com a participação da Classe de Canto do Conservatório de Música do Choral Phydellius-
 - Freguesia de Ferreira-a-Nova para as comemorações do Dia da Freguesia-----
 - Sociedade Filarmónica Santanense para o espetáculo estreia mundial - Suite 2020
 - Freguesia de Alqueidão para as comemorações do 94.º aniversário da Freguesia--
 - Inovsea para uma sessão sobre a Agenda Estratégica para a Economia do Mar-----
 - Freguesia de Bom Sucesso para o Mercadito da Páscoa-----
 - Freguesia de Moínhos da Gândara para o lançamento do livro: «Direitos Não Confinados», da autoria de Frei João Costa e Verónica Parente-----
 - Associação Cultural Recreativa e Desportiva de Ferreira-a-Nova para o espetáculo FerreiraDance, promovido pelo Grupo Anjos D'Azul-----
 - MAGENTA para a Exposição de Aquarelas de Joaquim Dias-----
 - Magenta para a inauguração da exposição de pintura de Fátima Negrão, Sílvia Mathys e Cavalheiro Cardoso-----
 - Grupo Coral David de Sousa para o Concerto de Páscoa na Igreja da Misericórdia em Buarcos-----
 - ONG MÃO NA MÃO - Associação Crianças do Mundo para a entrega do Livro branco de assinaturas pela paz na Ucrânia ao Vice-Presidente da Direção da Amnistia Internacional-Portugal-----
 - Wiremaze para o 4.º Fórum Autarquias do Futuro-----
 - Freguesia de Buarcos e São Julião para a abertura da XI Feira Medieval Infante D. Pedro-----



- MAGENTA para uma Exposição de Arte «Solidariedade com a Ucrânia»-----
- Sociedade Filarmónica Dez de Agosto para a QUEIMA DO JUDAS E ENTERRO DO BACALHAU
- Freguesia de Maiorca para a Comemoração do Dia Mundial da Terra-----
- Freguesia de Ferreira-a-Nova para as comemorações do 25 de Abril-----
- Figueira Sabor a Mar para a apresentação do Festival Gastronómico das «Caldeiradas»-----
- Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz para a Conferência de Apresentação Projeto "eu.CEI"-----
- Centro de Formação da Associação de Escolas Beira Mar para a Sessão de Abertura do Congresso «(inter)Relações»-----
- União das Freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal para uma visita ao certame do XI Mercado do Queijo Rabaçal e dos Romanos-----
- Comissão Administrativa da Delegação da Figueira da Foz da Cruz Vermelha Portuguesa para o lançamento do jogo Play4Equality-----
- Figueira Sabor a Mar para uma visita de trabalho a Campo Maior ao Centro de Ciência do Café e Adega Mayor-----
- Comemorações do 144º Aniversário do Comando Distrital de Coimbra da Polícia de Segurança Pública.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

2 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Como nenhum cidadão se inscreveu para intervir neste Período de Antes da Ordem do Dia, passaremos de imediato aos assuntos gerais de interesse do Município."-----

3 - ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO

A - VOTO DE SAUDAÇÃO AO 1.º DE MAIO - SUBSCRITO PELA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Há dois anos, apelávamos a uma celebração mais «achegada à raiz popular» desta emblemática data. A pandemia complicou bastante as coisas, mas hoje aqui estamos de novo, saudando efusivamente o 48.º aniversário do 1.º de Maio vivido em liberdade. Saudamos todos os que no próximo domingo sairão à rua, congregados no mesmo espírito democrático de comemoração e de luta. Não são fáceis os dias para os trabalhadores do nosso País. Continuando-se a aposta numa matriz de baixos salários, a pandemia deu o seu «contributo» para a escalada de retirada de direitos e de restrições das liberdades e garantias, expressas na Constituição da República Portuguesa. Uma vez mais e cada vez com maior pertinência, importa



que saudemos o povo trabalhador e os apoiemos na luta por melhores condições de trabalho e de vida, que todos nos empenhemos na construção de um Futuro mais próspero e mais risonho para todos.-----

A Assembleia Municipal da Figueira da Foz, reunida em 29 de abril de 2022, saúda calorosamente esta efeméride e todos os que ajudam a torná-la mais visível e mais transformadora do Mundo em que vivemos.-----

Viva o 1º de Maio! Vivam os trabalhadores deste País! Vivam os obreiros da Paz e do Progresso!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausente o membro do Partido Socialista, Célia Silva Morais, deliberou, por unanimidade, aprovar o Voto de Saudação ao 1.º de Maio, apresentado pelo grupo municipal da Coligação Democrática Unitária.----
Deliberação aprovada em minuta.**-----

B - VOTO DE SAUDAÇÃO AO 1.º DE MAIO - SUBSCRITO PELO BLOCO DE ESQUERDA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Miguel Jorge.

PEDRO MIGUEL JORGE: "No dia 1 de maio de 1886, em Chicago, milhares de trabalhadores saíram às ruas exigindo direitos laborais. Este dia é relembrado pelo slogan que ficou a ecoar na história "«Oito horas de trabalho, oito horas de lazer, e oito horas de descanso», mas também pela trágica morte de vários ativistas, mortos pela repressão policial que disparou cegamente sobre a multidão que exigia direitos e dignidade. Apesar da repressão os trabalhadores continuaram a luta, que viria a resultar, anos mais tarde, em ganhos de direitos e de liberdade para a maioria da classe trabalhadora.-----

Em Portugal, o 1.º de Maio de 1974, realizado oito dias após o 25 de Abril, depois de décadas de repressão do Estado Novo, foi uma explosão de democracia nas ruas do país e marcou o início de uma conquista de direitos até aí negados: o Estado Social, a Segurança Social, o direito a cuidados de saúde públicos, à educação, à habitação, o direito ao trabalho e ao salário, a luta pelo pleno emprego, o reconhecimento às férias e aos subsídios de férias, a proibição dos despedimentos sem justa causa e a instituição, pela primeira vez, do salário mínimo nacional no valor de 3.300\$00 (16,50 €). Foi também após esta data que se consagraram ainda o direito à greve, à contratação coletiva e à organização sindical, bem como um novo movimento do trabalho ao nível das empresas, as Comissões de Trabalhadores (CT). Portugal atravessa hoje um período complexo. Ainda a par com desafios trazidos por



mais de 2 anos de pandemia ao nível da saúde, essa mesma pandemia teve consequências para a economia e para os trabalhadores e trabalhadoras. Atravessamos, hoje, um momento em que são necessárias respostas mais robustas à perda de rendimentos provocada pelo aumento da inflação, em particular nos preços dos combustíveis e energia, que tem tido um impacto brutal nos preços de bens essenciais.-----

Por isso, assinalar o 1.º de maio é também momento de exigir a melhoria das condições de trabalho, mas acima de tudo a valorização dos salários, tanto da função pública (congelados há mais de 10 anos) como do setor privado, em que a inflação irá, rapidamente, suprir os aumentos previstos.-----

Assim, a defesa do emprego mostra-se determinante para a recuperação económica e social de todas e todos. Antevendo uma grave crise económica e de direitos dos trabalhadores, faz ainda mais sentido relembrar todos os direitos conquistados e defender todas e todos no direito a um emprego estável e a um salário condigno.-

Assim, a Assembleia Municipal da Figueira da Foz reunida a 29 de abril de 2022, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 3.º, n.º 3 da Lei 1-A/2020, de 19 de março, delibera:

1. Saudar o 1.º de Maio e saudar nele a coragem de todos os homens e mulheres que exigem dignidade, defesa da democracia e de desenvolvimento pelo progresso social, defesa do emprego, salário ou pensão e da prestação de um serviço público;-----

2. Saudar as lutas dos trabalhadores e das populações da cidade que em defesa da nossa saúde asseguram serviços como a recolha do lixo, a venda de bens essenciais, os transportes, o correio, a limpeza e manutenção das estruturas e a escola pública na garantia de alimentação de emergência."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausente o membro do Partido Socialista, Célia Silva Morais, deliberou, por unanimidade, aprovar o Voto de Saudação ao 1.º de Maio, apresentado pelo grupo municipal do Bloco de Esquerda.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

C - MOÇÃO "O PARQUE FLORESTAL DA SERRA DA BOA VIAGEM COMO POLO DE ATRAÇÃO TURÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO DO CONCELHO DA FIGUEIRA DA FOZ"

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal António Graça Lapão.

ANTÓNIO GRAÇA LAPÃO: "O Parque Florestal da Serra da Boa Viagem, localizado no litoral do Concelho da Figueira da Foz, teve como mentor o regente florestal Manuel Alberto Rei (1872-1943) e é atualmente tutelado pelo Instituto da Conservação da



Natureza e das Florestas.-----

A plantação de árvores na Serra da Boa Viagem ocorrida durante o programa de florestação realizado entre 1913 e 1924, pelo referido regente, ficou com 401 hectares arborizados, dos cerca de 418 que possui, com os restantes 17 hectares ligados à ocupação urbana e respetivas vias de comunicação.-----

Tem enorme valor ambiental, paisagístico, mas também arqueológico, e encerra no Cabo Mondego um enorme património geológico, de valor científico reconhecido a nível internacional, considerado Monumento Natural criado por Decreto Regulamentar n.º 82/2007, de 03 de outubro, sendo reputado como o afloramento de calcários, margas, arenitos e argilas de maior significado de datação cronostratigráfica do Jurássico médio.-----

Dentro do Parque encontram-se algumas construções de que se destacam as antigas casas dos guardas-florestais, a Capela de Santo Amaro, o edifício do Abrigo da Montanha, a fonte Santa Marinha, o Miradouro da Bandeira, o Farol Velho e o Farol Novo do Cabo Mondego, sendo este último construído no século XIX (atualmente gerido pelo Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P.).-----

É um espaço de eleição para os amantes da natureza que ali se deslocam para atividades lúdicas de ar livre (por exemplo: caminhadas, passeios, corridas, BTT, visita das cascatas, prática de desportos diversos, piqueniques, etc. ...), e observação da diversidade florística e faunística autóctone envolvida pela paisagem de destaque geomorfológico única e tão característica do litoral centro.-----

Já foi palco de grandes provas desportivas em que damos destaque aos eventos automobilísticos «Rally de Portugal» e as provas velocipédicas da «Volta a Portugal», entre muitos outros eventos de relevo.-----

A afluência ao Parque Florestal é significativa, não só ao fim de semana, dada a sua beleza natural, com miradouros dos quais se pode avistar as extensas praias ao longo da costa, quer para Sul, quer para Norte.-----

No entanto, será expectável um fluxo crescente de visitantes após a abertura da estrada conhecida como o «Enforca Cães».-----

É o «pulmão» da Figueira da Foz, isto é, a «joia da coroa» em termos de espaços verdes e reservas de biodiversidade, no entanto, possui apenas dois postos de observação/vigilância, afetos aos serviços de Vigilância e Proteção da Natureza da Guarda Nacional Republicana de Montemor-o-Velho.-----

Pelo que, deverá ser objetivo deste executivo:-----

1 - Melhorar a vigilância florestal como resposta ao combate aos incêndios;-----



2 - Criar um Centro de Interpretação Ambiental (CIA), onde se possa obter informação referente a todos os pontos de interesse visitáveis no Parque Florestal da Serra da Boa Viagem, bem como, colocar outdoors/placards, com identificação das respetivas rotas pedonais e trilhos cicláveis, ali existentes;-----

3 - Atualizar o mobiliário urbano afeto aos parques de merendas existentes na cumeada do Parque Florestal;-----

4 - Asfaltar as estradas que ligam:-----

4.1 - a Rua do Algarve à casa dos Sapadores, com passagem pelo Farol Novo e Parque de Merendas (N 109-8);-----

4.2 - Estrada Florestal, do Abrigo da Montanha à Rua do Algarve.-----

Todas as Estradas acima elencadas apresentam piso em mau estado de conservação atingindo algumas delas elevados níveis de degradação.-----

É nesta perspetiva que, situados no limiar do século XXI, em constantes mudanças de vontades e de exigências dos cidadãos, que se nos afigura pertinente que este executivo tenha com acuidade um olhar atento ao Parque Florestal da Serra da Boa Viagem como polo local de excelência de usufruição da comunidade regional, assim como de atração turística alargada à restante população nacional, em estreita articulação com as políticas de defesa da floresta, tão adiantadas e em voga noutros concelhos vizinhos, a fim de evitar possíveis catástrofes antropogénicas, salvaguardando o ecossistema e a sua biodiversidade.-----

Pelo que, o Grupo de Cidadãos constituintes do Movimento Cívico Independente Figueira A Primeira - FAP, apresentam a seguinte Moção à Assembleia Municipal da Figueira da Foz, na Sessão Ordinária a realizar no próximo dia 29 de abril de 2022, com a finalidade de votação e ainda:-----

a - Que seja remetida ao Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz;-----

b - Que o executivo Camarário envie esforços com o compromisso de reparação e implementação do constante nos itens 1 a 4 acima referidos."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausente o membro do Partido Socialista, Célia Silva Morais, ao abrigo das disposições conjugadas das alíneas e) e f) do n.º 2 do art.º 23.º e da alínea k) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação, deliberou, por unanimidade, aprovar a Moção "O Parque Florestal da Serra da Boa Viagem como polo de atração turística para o desenvolvimento socioeconómico do Concelho da Figueira da Foz",



apresentada pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

D - INTERVENÇÃO NA SERRA DA BOA VIAGEM DURANTE O ANTERIOR MANDATO DO PARTIDO SOCIALISTA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Isabel Guardão Tavares.

ISABEL GUARDÃO TAVARES: "Informação de toda a intervenção, preocupação e preservação da Serra da Boa Viagem que, a par de outras, foi sempre uma grande preocupação, do Município, durante o mandato do Partido Socialista. Na altura da passagem do Leslie, reforçamos aqui a prontidão imediata que a Câmara Municipal teve assim que se deparou com a devastação em que a nossa Serra da Boa Viagem tinha ficado.-----

Disponibilizámo-nos, imediatamente, a limpar o território que era do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. Colaborámos na área de proteção arqueológica para o corte manual de todas as árvores caídas na zona de proteção. Incentivámos, claramente, o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas enquanto detentor do território no pós Leslie a efetuar três candidaturas que abrangem uma área superior a 200 hectares de intervenção de trabalhos de silvicultura, remoção de infestantes, e reflorestação com espécies autóctones, de acordo com o Plano de Ordenamento de Santa Marinha do Prazo. Preocupação com a biodiversidade e melhoria constante do processo de reflorestação.-----

O trabalho efetuado nas faixas de gestão de combustível da rede secundária e da rede primária efetuado pelos Sapadores Florestais da Figueira da Foz e do Gabinete Técnico Florestal.-----

Com os meios adquiridos pelo Município nos últimos quatro anos.-----

Uma máquina carregadora com desmatador de alta capacidade; uma máquina giratória com desmatador para taludes; um trator desmatador para limpeza das bermas; e um camião com plataforma para transporte destes equipamentos, totalizando um montante de mais de 300.000 euros.-----

As últimas intervenções na Serra da Boa Viagem foram: pavimentação da estrada de acesso à Serra pelo E.Leclerc, estrada principal da Serra e acesso à bandeira, além de um conjunto significativo de vias na povoação. Foram recuperados os parques, e colocadas mesas, também foram definidos e marcados circuitos pedestres e cicláveis.-----

Atendo a que o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas não assumiu algumas intervenções urgentes, e da sua responsabilidade, assinámos um Protocolo



para legalizar as intervenções que têm sido feitas.-----
Aprovámos a Moção, mas consideramos que se a Câmara não assumir o Protocolo não serão feitas as intervenções necessárias em tempo útil.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

E - ALTERAÇÃO DA DATA DESTA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (DE 27 DE ABRIL PARA 29 DE ABRIL)

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: “Lamento o facto de o Presidente da Assembleia Municipal ter convocado formalmente, para a passada quarta-feira, uma Assembleia Municipal no Centro de Artes e Espectáculos, e da mesma forma não a ter desconvocado e explicado os motivos da alteração de data.-----

Não posso deixar de protestar por estarmos hoje, repito hoje, a receber documentos para esta reunião. V. Ex.^a ao aceitar que isto suceda não está a prestigiar este órgão.-----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, para quando o regresso das sessões ao edifício da Câmara Municipal? Por que temos de continuar a ter assembleias em salas sem as melhores condições para o exercício das funções e onde os deputados municipais têm de estar com os documentos pelo chão? Então, o Governo já não decretou o fim das restrições?!”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: “Não está escrito em nenhum lado que a Assembleia Municipal, uma vez convocada a sessão para determinado dia, por carta registada com aviso de receção, não possa alterar a data da sua realização.-----

A Assembleia Municipal enviou no dia 12 de abril a convocatória por carta registada com aviso de receção e remeteu digitalmente os documentos em 21 de abril.-----

O senhor Presidente da Câmara, ao ter quatro reservas do Revisor Oficial de Contas nos documentos das Contas, agendou com este uma reunião e marcou a continuidade da reunião de Câmara para dia 26 de abril. No dia 23 de abril, foi enviada digitalmente a versão final dos Documentos de Prestação de Contas aos senhores deputados municipais, tal como foi enviada aos Vereadores da Câmara Municipal pelos serviços financeiros. Em 25 de abril foram entregues aos líderes as alterações em papel, para as intercalarem nos seus processos.-----

Não houve nunca qualquer desrespeito para com os senhores deputados municipais! A preocupação da Assembleia Municipal foi cumprir as disposições legais e regimentais em termos de prazos mínimos de entrega dos documentos aos deputados municipais.-

A alteração da sessão para hoje, dia 29 de abril, do nosso ponto de vista, permitiu



aos deputados municipais terem o máximo de tempo para analisarem um documento de tanto relevo autárquico, mas ao mesmo tempo tão extenso.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Rosa Costa Reis.----

ROSA COSTA REIS: “Eu penso que esta situação tinha sido já esclarecida em conferência de líderes, onde o Presidente da Assembleia Municipal transmitiu exatamente tudo o que se passara.-----

Por isso, não percebo as razões de se estar aqui novamente a levantar esta situação e, também, não creio ter havido qualquer desrespeito para com os deputados municipais.-----

As situações e os processos nem sempre correm como nós queremos, há acidentes de última hora, desculpem-me a expressão, e na reunião de líderes todos ficámos a perceber exatamente o porquê desta alteração de data.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Realmente, o Presidente da Assembleia Municipal explicou-nos direitinho o que tinha acontecido, mas também vale a pena referir que nós já tínhamos compreendido que este constrangimento tinha a ver com as Contas ainda por aprovar.-----

De qualquer maneira, deixamos uma ressalva para que a situação não voltasse a acontecer, porque já quando foi da aprovação do Orçamento as coisas não correram muito bem, e isto também tem de ser dito!”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal João Raul Portugal.

JOÃO RAUL PORTUGAL: “Reitero as palavras da deputada municipal Silvina Anadio Queiroz, porque a deputada municipal Rosa Costa Reis interveio, mas não mencionou tudo.-----

Na reunião de líderes, aceitamos a alteração da data, mas referimos que, no futuro, queríamos ser consultados antes de se alterar a data de uma sessão da Assembleia Municipal.-----

Este é um órgão autónomo, tem uma sessão marcada para determinado dia, e os líderes não devem ser informados por e-mail, na véspera à noite da reunião de líderes, de que a sessão fora adiada.-----

Dessa reunião de líderes saiu bem clara essa questão.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Rosa Costa Reis.----

ROSA COSTA REIS: “É pena as nossas reuniões de líderes também não serem gravadas. Eu também pedi para que este tipo de situação não tornasse a acontecer, se bem se lembram!!! Só não o referi na minha intervenção de há pouco, talvez por me ter



esquecido, mas tal não significa ter faltado à verdade..."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "A convocatória da reunião de líderes era para dia 22 de abril, o novo local para a realização da sessão foi encontrado no dia 21 de abril à tarde, razão pela qual, de imediato, se enviou a alteração da data e local e o Edital com a Ordem de Trabalhos. Como a reunião de líderes era logo no dia seguinte, dei-lhes conhecimento das razões subjacentes à alteração de datas.---- Mas, se a Assembleia Municipal não tivesse enviado a convocatória da alteração de data e local no dia 21 de abril, se calhar, hoje estaríamos aqui a discutir que convocatória fora feita fora de prazo!...-----

De qualquer modo, compete ao Presidente da Assembleia Municipal a convocatória das suas sessões ordinárias e extraordinárias, estando aqui em causa a análise de um documento que tinha de ser enviado ao Tribunal de Contas até ao dia 30 de junho, sob pena de o Município da Figueira da Foz sofrer sanções. E nós todos estamos aqui para dar o nosso melhor pela Figueira da Foz! Também, informei o Presidente da Câmara Municipal que os prazos regimentais e legais são para ser cumpridos."-

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal João Raul Portugal.

JOÃO RAUL PORTUGAL: "Isto não é nenhuma crítica à Mesa da Assembleia!----- O que queremos dizer aqui é que, de futuro, os líderes devem ser convocados, nem que seja por email, a dar opinião sobre o adiamento da reunião. Na Assembleia da República, se houver uma alteração de um plenário é convocada a conferência de líderes e agendada uma nova data.-----

Por exemplo, os deputados municipais Silvina Anadio Queiroz e Pedro Miguel Jorge, souberam em plena reunião de líderes, porque não tinham ido ao email.-----

Única e simplesmente, estamos a falar para memória futura!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Apenas duas notas. Não deve ter ouvido bem o que eu disse. Eu, em lado nenhum afirmei ser proibido alterar datas.-----

O que eu disse foi ser lamentável que todos os deputados não fossem informados dessa alteração. Receberam uma convocatória para uma data e, depois, recebem uma convocatória para outra, sem qualquer tipo de explicação! Em meu entender, nós merecíamos essa explicação. Mas se V. Ex.^a não entende assim, eu respeito!-----

Segunda nota - eu disse ser um desrespeito, e está na minha intervenção, ter recebido hoje de manhã, repito hoje de manhã, documentos para esta Assembleia."-

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "O deputado municipal Manuel Rascão Marques recebeu hoje de manhã a Certificação Legal das Contas, enviada ontem ao final do dia pelos



Revisores Oficiais de Contas.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Eu não pedi a palavra até agora, porque poderia parecer que o queria defender, digamos, destes ataques... e gerar alguma desconfiança.-----

Mas eu quero dar testemunho de que o Presidente da Assembleia Municipal me disse isso mesmo, e do quanto ele ficou incomodado quando eu lhe contei a situação. De facto, ninguém teve a culpa e se os senhores deputados quiserem protestar façam-no com o culpado, os Revisores Oficiais de Contas. Eles comunicaram-nos as quatro reservas ao fim da tarde da véspera da reunião de Câmara, marcada para as 10 da manhã.-----

Não fomos nós que os contratámos, não são nossos primos e já cá estão há anos! Como sabem, nomeadamente os mais ligados à área, nunca é agradável ter uma reserva nas Contas. Eu estive a conferir, e durante vários anos e até 2013, não houve reservas por parte dos Revisores Oficiais de Contas. Portanto, estas quatro reservas tinham de ser ultrapassadas.-----

Não houve culpa, nem da nossa parte nem da parte do Presidente da Assembleia Municipal, e todos sabemos que as Contas têm de ser aprovadas e remetidas ao Tribunal de Contas até 30 de abril!”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

F - OBRAS E TRÂNSITO NA FREGUESIA DE BUARCOS E SÃO JULIÃO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: “Hoje vou falar sobre o território da freguesia de Buarcos e São Julião. Efetivamente, irei falar aqui do trânsito e das obras, principalmente na zona antiga da Freguesia de São Julião tão olvidada pelo anterior executivo da Junta de Freguesia e pelo executivo camarário.-----

Em matéria de trânsito, e com o maior respeito, acho que o Presidente da Câmara tem de sugerir uma atualização aos técnicos. E para dar um pequeno exemplo, falo da última regularização do trânsito junto à Igreja Matriz. Num local onde o trânsito fluía foram complicar! Conseguiram criar um cruzamento na saída do Parque de Estacionamento onde não existia, e obrigaram os utentes do Parque para saírem, e após passarem o cruzamento, a fazer uma curva apertada, o que não sucedia anteriormente. Os técnicos têm de fazer o trânsito fluir ou complicá-lo?!-----

Ainda nesta zona há que impedir o estacionamento na Rua Fresca, pois dificulta o movimento de pessoas a pé e dos veículos que pretendem entrar e descer tal rua, e solicitar a intervenção da Polícia de Segurança Pública porque, infelizmente, há



pessoas com falta de civismo.-----

O cruzamento da saída da Praça General Freire de Andrade para a Avenida Foz do Mondego, sem se proibir o estacionamento no passeio em frente ao novo hotel Dona Maria, obriga os veículos a terem de entrar no meio da faixa, o que já provocou acidentes. No entroncamento da Rua 28 de Infantaria e a Rua da Lapa, o passeio precisa de ser corrigido atento a quantidade de pneus que já rebentaram naquele local, após as obras que afunilaram o trânsito. A correção da localização da passadeira no cruzamento da Rua 10 de Agosto com a Rua 28 de Infantaria. Na Avenida Dr. Manuel Gaspar fizeram uma intervenção e deixaram um bocado por alcatroar, há meses! A instalação de ecopontos, há meses por completar!-----

O estado degradado das Ruas 10 de agosto, Avenida Joaquim Sotto Mayor, Bombeiros Voluntários, Dr. Santos Rocha, Conde de Monserraz, Vasco da Gama, Largo do Carvão, Avenida 25 de Abril e do Ginásio Clube Figueirense (esta da freguesia de Tavarede), mas incluo neste rol. Graças ao Presidente da Junta já foram reparados buracos mais de vinte vezes nos últimos dois anos, o que significa que tem de se encontrar uma solução mais duradoura. Falo especificamente nestas ruas, por estarem bastante degradadas e terem muito tráfego como se pode constatar. E se os munícipes começarem a reclamar os seus direitos é bem possível que a despesa do Município aumente.-- Não podia também aqui deixar de mencionar a Rua da República, nomeadamente no troço entre a 10 de Agosto e a Praça 8 de Maio. Há que definir se se quer uma rua pedonal uma rua com trânsito. Se for esta última escolha, então, terá de se criar a possibilidade condigna de estacionamento dos veículos. O estacionamento atual não pode continuar! É vergonhoso! Não é bom para os peões nem para quem utiliza os veículos!-----

É, pois, urgente encontrar uma solução e aplicá-la. É também necessário resolver a questão da iluminação desta rua."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

G - OUTDOORS DE PROPAGANDA POLÍTICA DOS PARTIDOS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "O que é necessário para mandar retirar os outdoors que os partidos instalam nas campanhas eleitorais? Estou a referir-me, nomeadamente, a um do Partido Renovador Democrático que se encontra há anos no Parque de Estacionamento da Tamargueira, um local turístico."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Deve ser uma reminiscência de velhos tempos da minha parte,



mas subscrevo a sua intervenção quase toda. Por exemplo, há um outdoor ali junto da Rotunda do Pescador, à entrada de Buarcos. Não queira saber, ali o Presidente Carlos Monteiro saberá também, quase todos os dias me perguntam quando são retiradas aquelas estruturas. Não pode, em democracia *nem todo lo puede*, como dizem os nossos vizinhos!-----

Há as notificações, as intimações... E os outdoors, o que nas Autárquicas foi do Partido Social Democrata, nas legislativas foi do Partido Socialista. Portanto, acho que cabe acima de tudo aos partidos, em primeiro lugar, dar esse exemplo de mandar retirar as suas estruturas. Senão a Câmara tem de os levar para os Armazéns, e depois há um processo também administrativo para serem entregues de novo aos proprietários. As forças políticas estão intimadas a retirá-los, agora, o Município não pode retirá-los, sob pena de ter um processo-crime.-----
Mas eu comungo da sua opinião, aquelas estruturas sem nada dão um aspeto horrível, e há várias aqui na sede do Concelho."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

H - ÉPOCA BALNEAR/ACESSO ÀS PRAIAS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Aproxima-se a época balnear e é necessário verificar a segurança de acesso às praias. Sei que isto não é só competência da Câmara Municipal, mas é necessário estar atento."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

I - PISCINA MAR

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Qual o ponto da situação da Piscina Mar? Estamos a aproximar-nos de uma nova época balnear, vamos continuar com aquele aspeto degradado?!!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "A Piscina Mar é também, obviamente, uma matéria relevante por todas as razões e mais alguma. Mais uma vez aqui me socorro de uma posição tida em reunião de Câmara por um responsável do anterior executivo, o concurso da Piscina Mar é algo que nos suscita as maiores reservas para não dizer outra coisa. Estão a decorrer negociações e conversações. Vamos ver!"-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

J - PARQUE DE AUTOCARAVANAS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.



MANUEL RASCÃO MARQUES: "Para quando a criação de um parque decente para as autocaravanas, a fim de que se acabe com a pouca vergonha do seu estacionamento nos variados parques junto à praia, com o conseqüente rasto que deixam? Por que não se exige à Polícia de Segurança Pública que obrigue os donos das autocaravanas a cumprirem as regras de trânsito, designadamente, onde já existem placas de proibição de estacionamento?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Sobre os Parques de Autocaravanas, pois, eu até peço para me indicarem qual consideram o parque mais adequado, se o Parque das Gaivotas, se algum Largo em Buarcos, porque eu tenho pedidos e reclamações em relação a todos esses espaços."-----

Sim, temos tido uma atitude, não vou dizer liberalidade, mas de alguma tolerância, porque achamos ser importante sermos visitados nos tempos de hoje."-----

Em todo o país, ao longo da costa, há estas questões, estou a lembrar-me, por exemplo, da costa alentejana, e muitas vezes a opção dos autarcas é deixar vir porque essas pessoas também vêm atraídas por esta proximidade."-----

Não concordo que estes locais fiquem em más condições de higiene, como referiu o deputado municipal Manuel Rascão Marques. Não tenho essa ideia da avaliação que temos feito! Também foram feitos investimentos nessa matéria e os serviços têm acorrido às necessidades."-----

Contudo, concordo que entre os divertimentos (rodas gigantes, carrocéis, etc...), caravanas e estacionamento é preciso, de facto, alguma ordenação."-----

Isto está relacionado também com a questão do estacionamento na cidade e, como sabem, está para aprovar a parte final de Regulamentos, normas vindas a esta Assembleia Municipal no mandato anterior, necessárias para garantir a efetividade do Contrato de Concessão do Estacionamento."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

K - REVERSÃO DA AGREGAÇÃO DAS FREGUESIAS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "No anterior mandato desta assembleia, um jovem que representava a Juventude Socialista fez aqui uma intervenção sobre a necessidade de reverter a agregação das freguesias de Buarcos e São Julião. Posteriormente, um deputado do Partido Socialista também falou nesta assembleia sobre o mesmo tema."-----

A lei existe. Têm a maioria aqui e na Assembleia da República. O que esperam para



avançar com o processo?! Ou é só falar por falar? Acho estranho!"-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

L - PONTES DE MAIORCA - PLACA TOPONÍMICA E LAJES DO PERRÊ

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Borges Ligeiro.

JOSÉ BORGES LIGEIRO: "Tendo como miradouro a conhecida reta das pontes Maiorca e, consoante a época do ano, a paisagem que os campos de arroz nos oferecem é algo que sempre me fascinou. Resolvi, por isso, num destes últimos dias ir ver se os mesmos já estavam a ser trabalhados.-----

Segui no sentido Figueira da Foz/Coimbra e estacionei perto da primeira ponte. Mal saí do carro, deparei-me com a placa toponímica e o respetivo suporte de cimento caídos no chão e parcialmente destruídos, com todos os indícios de que ali jaziam há muito tempo. Não gostei do que vi pois, só o facto de ali estar inscrito o nome do Dr. Uriel Salvador deveria ser razão suficiente para que, a ter havido acidente, os danos daí resultantes tivessem sido imediatamente reparados. Tomei a devida nota para informar quem de direito, consciente que este era um assunto de fácil resolução.-----

Como caminhava a pé, cumprindo as regras passei para o lado esquerdo da via, e comecei a ver lajes de pedra de formato retangular abandonadas no perrê, uma obra da nossa engenharia dos anos 40. Percebi que as ditas lajes teriam sido retiradas aquando da abertura da vala para passagem dos cabos de fibra ótica da empresa de telecomunicações Vodafone que, se não estou em erro, ocorreu no ano de 2020, certamente com a devida autorização camarária. Para além das lajes não terem sido recolocadas verifiquei, também, que existem diversos abatimentos da berma resultantes desta intervenção, sendo mais acentuados e perigosos junto às caixas de passagem de cabos ali instaladas.-----

Se tudo isto não bastasse para incomodar qualquer um, eis que me deparo, do lado esquerdo onde seguia, com o passeio e guarda da segunda ponte destruídos, numa extensão de mais de dois metros e sem qualquer proteção, pondo em perigo a vida de quem ali passe. Como se impunha, dei conhecimento ao Vereador Manuel Domingues que, verdade seja dita, prontamente se deslocou ao local e providenciou no sentido de minimizar os riscos. -----

Quanto ao canavial que há mais de uma década ali vai prosperando e impedindo o transeunte de poder contemplar a já referida paisagem e, também, sobre o completo abandono das árvores autóctones que ladeiam a via, direi apenas ser sentimento geral que com o Dr. Pedro Santana Lopes à frente do executivo camarário, esta



lamentável situação terá os dias contados.-----
Relativamente ao que descrevi, mesmo sabendo que muitos 181 dias já passaram, nada mais quero acrescentar e caberá a cada um tirar as suas ilações!-----
Do meu ponto de vista, importante mesmo é fazer o que ainda não foi feito e corrigir o que está mal. Se ainda formos a tempo, e eu presumo que sim, deverá exigir-se à Vodafone a reposição das lajes de pedra que retirou para a abertura da vala, bem como, a reparação de todos os danos causados pela sua intervenção.-
Este é o apelo que deixo ao Presidente da Câmara, com a absoluta certeza que fica em boas mãos."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Rui Pinto Ferreira.

RUI PINTO FERREIRA: "O deputado municipal José Borges Ligeiro, cidadão maiorquense, falou aqui da reta das Pontes.-----

De facto, a reta das Pontes está a precisar de uma intervenção maior. Nós, Junta de Freguesia, solicitados pelo serviço municipal, fizemos uma ação de limpeza nas Pontes, tal como outras freguesias que também tinham cursos de água, para que houvesse, efetivamente, uma apreciação sobre o estado das mesmas. Nós, Junta de Freguesia de Maiorca, procedemos à limpeza com o parco pessoal que temos e fizemos, nessa altura, se não me engano outubro/novembro, um pedido a este mesmo Município de apoio simbólico pelo tempo que perdemos a tentar gerir aquilo que, indiscutivelmente, é o melhor da nossa Freguesia.-----
Não obtivemos resposta rigorosamente nenhuma do mesmo Município, sendo que não é o dinheiro que nos move, é a paixão pela nossa terra!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Deputado municipal José Borges Ligeiro, tomei boa nota da sua intervenção sobre as Pontes de Maiorca, bem como, da intervenção do Deputado municipal Rui Pinto Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de Maiorca, sobre o assunto.-----

A propósito, sublinho o que foi anunciado, nomeadamente pela Altice, em relação ao Projeto «Freguesias 100% Fibra». Como sabem, foi um investimento importante anunciado pela Meo. -----

Ainda, no âmbito do projeto da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, infelizmente, não ocorrerá antes de julho a instalação das torres que permitirão a cobertura quase integral do Concelho. Nas zonas não cobertas pelas mesmas, teremos equipas de 24 horas de vigilância permanente.-----
Nestes seis meses longuíssimos já foram plantadas 158 árvores. Abatidas, só a



parte seca, parte restante do tronco das árvores.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

M - DESCENTRALIZAÇÃO/TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA SAÚDE

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Isabel Guerreiro Maia.

ISABEL GUERREIRO MAIA: “Passaram quase 24 anos sobre o referendo relativamente à Regionalização em Portugal. Das duas propostas apresentadas na altura aos eleitores - se devia ser implementada a Regionalização e, ainda, caso fosse aprovada a primeira questão, se concordavam com a região em que votavam - ambas foram rejeitadas. Entretanto, a promessa de descentralização ganhou forma e força passando a ser um compromisso dos partidos do arco da governação.-----

No entanto, temos assistido a um acentuar da dicotomia Lisboa/Porto contribuindo, cada vez mais, para maiores desigualdades relativamente ao resto do país, mesmo relativamente a um bem primeiro - a saúde dos cidadãos.-----

A literatura económica aponta para uma partilha de competências no sistema multinível de governação e a Constituição Portuguesa estabelece um estado unitário que respeita os princípios da subsidiariedade da autonomia das autarquias locais e descentralização democrática da Administração Pública relativamente à sua organização e funcionamento.-----

O acesso equitativo dos portugueses à saúde é um dos pilares da democracia que cabe ao Estado garantir, mas cada vez mais cabe aos municípios o fazerem. Não pode haver portugueses de primeira e de segunda! Sendo o estado social local uma prioridade do atual executivo da Figueira da Foz, que a todos nos orgulha, este não quis adiar mais o processo de aceitação das transferências de competências na saúde e a sua assinatura decorreu no passado dia 31 de março.-----

O pacote financeiro a transferir foi aprovado centralmente, primeiro com valores calculados com base em números de 2018 de antes da pandemia e, depois, corrigido pela Ministra com valores de 2020, que coincidentemente foram ainda mais baixos, porque, como sabemos, a procura de cuidados locais de saúde foi em muito menor número durante a pandemia e, portanto, o valor de referência considerado é excecionalmente mais baixo ainda. Porém, mesmo tendo a consciência do impacto financeiro negativo, o adiar da assunção destas competências não traria mais-valias para o nosso Concelho antes, pelo contrário, impossibilitaria o começo de negociações diretas entre o Município e os restantes níveis de governação e o início de soluções de proximidade mais adequadas e céleres como se pretende que aconteça nestes processos.-----



O contrato da atual transferência de competências prevê relativamente aos recursos humanos, a passagem apenas de assistentes operacionais para a gestão dos municípios.-----

Não podemos permitir que, em pleno século XXI, ainda se fechem no nosso Concelho unidades de saúde por falta de profissionais, seja médico, enfermeiro ou secretário clínico. O nosso executivo tem trabalhado e preparado uma bolsa diversificada de profissionais para resolver estas situações de fecho verificadas até ao presente. Para que as soluções de gestão, como a utilização desta bolsa, sejam implementadas como acontece noutros municípios do país, deverá haver diálogo e abertura e um trabalho com mais flexibilidade, mais autonomia de tomada de decisão por parte do Município, com o objetivo comum de melhorar o sistema de saúde para todos.-----

Referimo-nos não só ao Governo central, mas aos níveis de maior proximidade como o Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego e a Administração Regional de Saúde de Coimbra. Estamos unidos e prontos para apoiar o executivo de Pedro Santana Lopes a enfrentar estas lutas pela Figueira e pelos figueirenses.-----

O atual executivo já reuniu no passado dia 14 de abril com os Presidentes de Juntas de Freguesia do Concelho e começou rapidamente a implementar o seu plano estratégico na área da saúde. Apesar de todos os constrangimentos expostos as unidades de saúde locais têm de funcionar sempre e não deve existir, nem por poucos minutos, um único letreiro que diga fechado por falta de recursos humanos ou outros!-----

Um minuto pode ser o bastante para salvar uma vida ou prevenir problemas futuros a qualquer um de nós! Que fique claro, nunca o atual executivo da Figueira da Foz e a Figueira a Primeira se escudaram no «*laissez faire, laissez passer*», porque temos um programa escrutinado, um compromisso com os figueirenses para que a saúde seja exemplar neste Concelho.-----

Lutaremos sempre contra tudo e todos para que a resignação seja um vocábulo fora do nosso dicionário! A Figueira da Foz só pode festejar Abril em pleno se mostrar que todos os dias cuida de todos os figueirenses, com especial atenção aos mais desprotegidos e aos que menos têm e mais precisam! Este é um dos princípios do movimento Figueira A Primeira!"-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

N - BALANÇO DOS SEIS MESES DE GOVERNAÇÃO DO EXECUTIVO MUNICIPAL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal João Raul Portugal.

JOÃO RAUL PORTUGAL: "Este executivo tomou posse em outubro de 2021 e entendemos



dever fazer uma avaliação dos primeiros seis meses, muito embora, seja um balanço provisório porque ainda restam mais 3 anos e meio de mandato. Há dois meses atrás, o Dr. Pedro Santana Lopes teve o cuidado de fazer uma comunicação em direto para todos os figueirenses. Ficou de repetir, mas não repetiu. Ficou até numa questão de perguntas e respostas de permitir aos figueirenses e à população fazer esse balanço, mas nós neste órgão devemos fazê-lo.-----

Por isso, gostaríamos de colocar algumas questões e também dar aqui algumas opiniões sobre estes primeiros seis meses de mandato.-----

No nosso entender, continuamos com a ausência de um projeto local para a localização ideal de empresas, uma bandeira tão bem defendida por todos os executivos e também por este, mas que até ao momento ainda não resultou em algo concreto.-----

Qual o ponto da situação do processo do local e da dotação de localização de empresas neste Concelho? E do Centro de Formação Profissional previsto para a Figueira da Foz deixado pelo anterior executivo, um investimento de vários milhões de euros para a recuperação de um edifício devoluto na cidade? Não percebemos, pensamos que acabou, mas creio ainda ser possível retomar o processo e não perder tão grande investimento para o Município da Figueira da Foz.-----

Fique aqui bem claro - o grupo municipal do Partido Socialista é a favor do Centro de Formação e da Universidade, um não impede o outro!-----

Qual o processo e qual o ponto de situação da fixação de uma Universidade na Figueira da Foz? Que cursos? Para onde vai? Que Universidade? Para quando está prevista a Universidade na Figueira da Foz?-----

Para quando o Centro de Estudos de Alterações Climáticas prometido também pelo Presidente da Câmara Municipal? E o estacionamento subterrâneo junto ao Mercado Municipal? E o prolongamento das Abadias? Quando serão executadas estas promessas? E já agora, porque é uma situação tão importante para a Figueira da Foz, o problema da habitação, a falta de imóveis para arrendamento e para aquisição por parte dos figueirenses e também daqueles que nos procuram como segunda habitação. E o processo anunciado e prometido relativamente à demolição de edifícios devolutos, para permitir a edificação de novos edifícios no nosso Município? Pode esclarecer-nos???-----

Também prometeu um projeto para o Paço de Maiorca e para o Palácio Conselheiro Branco. Em relação ao primeiro foram promovidas visitas a relatar as desgraças, desgraças essas que podem ter vários responsáveis, nomeadamente, o senhor que foi o Presidente que adquiriu o edifício e, depois, se foi embora sem fazer praticamente



nada.-----
Onde está o prometido Centro de Formação Florestal?-----
Já agora, prometeu-nos um Turismo de qualidade e anunciou com pompa e circunstância haver um Plano de Turismo para a Páscoa. Nada aconteceu! Onde está afinal esse Plano? Aliás, em seis meses de mandato, o Conselho Municipal de Turismo não reuniu uma única vez e estamos às portas do Verão!!!-----
Também prometeu uma solução para a praia e concordamos com ela. Qual será essa solução e para quando? Podemos conhecê-la?-----
O Vereador Manuel Fernandes Domingues prometeu a plantação de árvores e tal ainda não aconteceu. Nem sequer as mortas foram substituídas!!!-----
Prometeu um Centro de Alto Rendimento, um Centro de Exposições e Feiras. Podemos conhecer estes projetos do Presidente? Para quando e quais os seus objetivos?---
Os espaços públicos continuam cheios de ervas, quer jardins quer passeios. Vem aí o Verão, por favor olhe por estes espaços para termos uma cidade bonita.-----
Aprovámos nesta Assembleia Municipal o Orçamento deste executivo porque havia um conjunto de investimentos para as freguesias, relacionados com beneficiações e pavimentações. Até ao momento, nenhuma obra avançou está tudo parado!-----
Onde está o Largo da Feira, Rua Pinheiro, Rua das Canas, Beco da Rua do Beco dos Morros e Rua da Baixa da Banheira do Bom Sucesso? Onde estão as beneficiações da Rua do Campeão, Rua da Fonte Quente do Fogueteiro, Rua do Fogueteiro, Rua do Forno, as Piscinas e a Festalhadas das Alhadas???

Onde está a Rua Direita, Rua da Terra Nova, o Cais de acostagem de barcos, o Abrigo de Pescadores e o desassoreamento do Portinho da Gala, em São Pedro?-----
Onde está o Parque de Reabilitação Infantil da Leirosa, o Ossário do Cemitério de Marinha das Ondas, a reparação de passeios do Cemitério, o acesso à praia de pessoas com mobilidade reduzida, a Rua do Canto das Rosas e as telas de proteção do mercado da Marinha das Ondas???

Senhor Presidente poderia citar, a lista de promessas é longa relativamente a obras nas freguesias que nos fizeram viabilizar o Orçamento Municipal. Qual o ponto de situação? Quando vão avançar estas obras nas freguesias? São obras que tem projetadas, estão incluídas no Orçamento e pretendemos, obviamente, que as inicie.-----
Será o arranque destas obras e das pavimentações prometidas que nos farão viabilizar o próximo Orçamento Municipal. Aguardamos nós e os figueirenses que estas obras nas freguesias sejam iniciadas.”-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Procurei tomar boa nota das variadíssimas questões colocadas pelos deputados municipais. -----

Politicamente, ao ouvir as intervenções do grupo municipal do Partido Socialista, sinceramente, cheguei à conclusão que sou mais solidário com o trabalho do anterior executivo do que os senhores deputados. E porquê? Porque uma leitura tão exaustiva de tanta coisa em falta na Figueira e tão óbvia é um libelo acusatório inacreditável contra o trabalho do Partido Socialista em todos estes anos.-----

Eu não tenho essa ideia, nem pouco mais ou menos! Tenho uma ideia muitíssimo mais favorável do trabalho realizado! E, portanto, levo à conta de saber que vai haver eleições, faz parte da vida dos partidos democráticos, há campanhas e listas, porque não me passa pela cabeça que algum senhor deputado, após 6 meses de mandato, venha perguntar se uma lista com dezenas de medidas já está feita ou não.-----

Em meu entender, não é agradável para anterior executivo e, desde já, a minha solidariedade total, porque sei bem quão difícil é gerir o Município, nem que seja por dez ou doze anos.-----

Em relação à Universidade o deputado municipal, João Raul Portugal, perguntou que cursos. Não sei em quais está a pensar? Se em Engenharia Nuclear logo no primeiro ano? Evidentemente, vai ser uma instalação progressiva. A Universidade de Coimbra não se vai transferir para a Figueira da Foz.-----

Eu recebi a Administração do Instituto do Emprego e Formação Profissional. Foi uma reunião simpática, mas tive ocasião de dizer o que pensava. E a solução não é, de facto, do meu agrado, e os Vereadores da oposição sabem. Agora, está previsto um investimento de 05 milhões de euros, e não sei se será suficiente. Eles viram o estado de degradação das instalações, a ver vamos. Não nego a importância do projeto com aquela área, com aquelas contas e em comodato, eu julgo que os 5.000 euros por mês durante os 50 anos, se fizerem as contas, já dava um número de milhões de euros suficientes para nos sentirmos compensados pela cedência.-----

É que o Estado tem este topete de constantemente vir pedir às autarquias para fazerem esforços financeiros que não lhes cabem. Por exemplo, a Direção Geral da Agricultura quer-se instalar ali no Coworking do Mercado e vem-nos pedir 6.000 euros para obras!!! O edifício onde era a sede dos Serviços de Agricultura e Florestas aqui na Figueira candidatou-se ao Fundo Revive para arrendamento e, portanto, o Estado rentabiliza as suas instalações e, depois, vem pedir às autarquias para lhe ceder de graça as melhores instalações que têm. Não direi que



é de ir às gargalhadas, mas é de ir às lágrimas!-----
Já estive do lado do poder central, como sabem, não considero isso correto e tive ocasião de o dizer. O Instituto do Emprego e Formação Profissional deixou passar alguns prazos, acho que a solução mais construtiva no interesse de todos será confirmar a instalação do Centro de Emprego e Formação Profissional no Sítio das Artes ou Ex Universidade Internacional. Vamos ver!-----
Acho muita graça os representantes do Estado central alegarem que é melhor ser comodato, porque se for renda tem de haver uma avaliação do Serviço de Património do Estado e demora muito tempo. Eu tive oportunidade de lhes dizer «não peçam à Autarquia para tomar decisões, pelo facto de a vossa casa não estar arrumada e demorarem muito tempo a fazer aquilo que têm de fazer».-----
De facto, esta é uma questão muito relevante para instalação da Universidade de Coimbra e do Pólo que aqui quer desenvolver, porque a sua instalação não pode ser feita num qualquer espaço. Eu tenho corrido todo o Concelho para tentar encontrar um espaço adequado, mas se tiverem alguma solução será bem vinda.-----
Já foram apontadas várias hipóteses, mas a exemplo do Terminal Rodoviário, teriam de ser construídos de novo.-----
Estamos a trabalhar com os responsáveis da Universidade de Coimbra para começar em setembro. Com esse horizonte temporal, a nossa ideia é não perder tempo.-----
Pedimos ao Instituto do Emprego e Formação Profissional, os dados sobre as taxas de empregabilidade e os destinos dos seus formados ou formandos e o estímulo laboral, do nosso ponto de vista, algo muito importante e interessante para todos nós. Também terão de entregar e atualizar o projeto de licenciamento que, aliás, já deu entrada nos Serviços de Urbanismo.-----
Nós temos assumido todas as obras, as que gostamos e as que não gostamos, com duas exceções, a Rua Direita em Quiaios e a Piscina Mar.-----
O resto, temos assumido e até as tenho louvado e elogiado, mesmo aquelas que eu não faria, porque a transição democrática e a mudança política em democracia são isso mesmo! É nossa obrigação, sempre que possível e tanto quanto possível, continuarmos as obras e os projetos de quem nos antecedeu!-----
Foi aí referida uma parte da cidade, como sabem, especialmente sensível. Estamos a programar com os novos responsáveis das divisões de projetos e obras e das empreitadas o calendário das intervenções e, se calhar, até vamos começar pela Rua da sede do Partido Socialista. Não é nenhum privilégio, mas é o que manda um planeamento eficaz. Não vamos fazer tudo simultaneamente, como estava previsto,



porque isso ainda necessita de formalização que ainda não está conseguida.-----
Em relação ao ponto de situação do Parque de Estacionamento do Mercado Municipal, permitam-me, já agora, transmitir, algumas notas a esta Assembleia.-----
A guerra trouxe em relação aos investidores destas áreas um entendimento curioso - mais vale investir nas concessões do que em construções. Ou seja, preferem que sejam as autarquias a construir e, neste momento, pelo que vou lendo, há uma reorientação de muitos investidores e fundos de investimento nesse sentido.-----
Todavia, este é um projeto absolutamente prioritário, envolvendo muito estudo quer na parte subterrânea quer na parte da superfície, reformulação do contrato, a área concessionada, a zona de estacionamento, reservando uma zona para cargas e descargas dos operadores do mercado.-----
É imprescindível fazer a ligação entre a reformulação dessa área e a reformulação e condicionamento de tráfego na marginal até à zona da Ponte do Galante. No fundo, pretende-se juntar os dois projetos para não se estar a intervir em momentos diferentes.-----
O Concelho investiu em circulares externas, com certeza, a circulação automóvel deve ser mais valorizada nestas do que na marginal e, portanto, trabalham-se os projetos nesse sentido.-----
Sobre o Centro de Operação das Alterações Climáticas, falarei numa próxima sessão.”
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Raul Portugal.-----
JOÃO RAUL PORTUGAL: “Eu não vim aqui questionar se as obras estavam concluídas. De futuro, até estou a pensar escrever as minhas intervenções e trazer-lhas para que não interprete mal.-----
O que eu perguntei foi qual o ponto da situação, se as obras das Juntas de Freguesia estão a avançar, ou não. Os Presidentes das Juntas de Freguesia viram o Orçamento Municipal integrando obras nas suas freguesias, tinham pavimentações anteriores a decorrer que hoje nem sequer se estão a desenvolver, não se iniciaram novas, e eu perguntei-lhe sobre o estado desses processos. Não questionei se já estavam concluídas! Com certeza, em seis meses não estariam concluídas, mas espero que daqui a outros seis meses já o estejam!-----
Sobre a Universidade brincou aí, peço desculpa, com o termo energia nuclear. Não sei se será nuclear, mas, se calhar, história política devia ser, até para criar algum arquivo das suas declarações para memória futura. É que esta fotografia que aqui está sobre Universidade, onde se vê o Dr. Pedro Santana Lopes junto a uma maquete, é da campanha eleitoral em que já tinha o local e a maquete para a



Universidade e para a Escola do Mar. Acha mal e fica muito incomodado que ao final deste tempo eu lhe pergunte sobre a Universidade e quais as licenciaturas?! Perguntei apenas - vamos ter Universidade? É um dado adquirido? Vem para a Figueira da Foz? Se assim for, parabéns! É o que nós pretendemos!-----
Sabe por que é permitido ao Partido Socialista fazer hoje esta intervenção aqui? É muito simples! Porque quando o senhor iniciou o seu mandato recebeu uma Câmara Municipal equilibrada financeiramente, e durante os últimos doze anos fez-se obra e diminuiu-se grande parte da dívida que o Partido Socialista recebeu do Partido Social Democrata quando iniciou o seu mandato. Neste momento, o Partido Socialista executou muitas obras e o senhor pode continuar a fazê-las porque, como já referi, a situação é muito diferente daquela em que o Eng.º Duarte Silva deixou a Câmara Municipal da Figueira da Foz.-----

Coloquei as minhas questões sem qualquer demagogia, usou um tom de brincadeira, não preciso mais esclarecimentos! Daqui a seis meses voltaremos a fazer uma avaliação."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Eu também tenho direito a uma maquetezinha, não tenho? Lembra-se de umas maquetes, um estudo estratégico de 2014, grande alteração do areal da Praia, por quem estava no poder, não era em campanha?!-----
Está, desde já, convidado para a inauguração dessa Escola que não fará parte, se calhar, da Universidade de Coimbra. Agora, o facto de apresentar uma maquete, ao fim de seis meses afirmar que é preciso fazer uma cadeira de História Política para lembrar as minhas palavras!... As promessas são para quatro anos.-----
Como sabe os vários Primeiros Ministros iniciam funções e dizem sempre «isto está pior do que eu julgava quando cá cheguei». Devia ser obrigatório, nos seis meses anteriores à tomada de posse, os candidatos verem o estado das finanças para saberem o que podem anunciar."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

O - SERVIÇO DE SAÚDE EM MAIORCA - POSTO MÉDICO DE SANTO AMARO DA BOIÇA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Rui Pinto Ferreira.

RUI PINTO FERREIRA: "Este não é o tempo de condenar, criticar ou desvalorizar todo e qualquer elemento que faça parte da Saúde em Portugal. A crise humana que nos assolou, e ainda assola, foi a maior prova de fogo para os nossos médicos, enfermeiros, assistentes técnicos e demais funções ligadas ao mundo da Saúde. Hoje e cada vez mais lhes devemos a vida.-----



Não obstante, sabemos todos, pelo menos no nosso Concelho, que muito existe ainda para ser feito. Há que corrigir, planear e esquematizar todo um sistema de acesso à Saúde de acordo com as verdadeiras necessidades de cada freguesia. É apenas o que pedimos: proximidade, melhoria dos serviços, consideração por todos os cidadãos em geral, mas em particular, por todos os envelhecidos, doentes crónicos, isolados e tendencialmente esquecidos por um mundo que gira a uma velocidade impossível de acompanhar.-----

E percebemos que alguns esforços nem sempre tenham sido feitos nesse sentido de resolver. Mas como o povo jamais se calará, a nossa voz há de ser ouvida por quem de direito, sem desacreditar a confiança no Serviço Nacional de Saúde. Não podemos, sim, é deixar-nos levar por promessas em tempos eleitorais bem recentes, onde se encheram os ouvidos do povo de médicos com fartura e serviços de ainda maior proximidade, quanto tais competências não lhes eram, não lhes são e, provavelmente, nunca lhes serão atribuídas.-----

Ouvi as vozes cansadas de alguns cidadãos referindo com o olhar repleto de esperança literária e, provavelmente, vã - se Fulano ganhar, vamos voltar a ter posto médico em Santo Amaro da Boiça, só por acaso na Freguesia de Maiorca. Só por acaso, esse posto médico fechou há mais de uma década e, pouco ou nada foi feito, nessa altura nem nos tempos que se lhe seguiram, para reverter tal situação. Houve promessas de charters de médicos e essas promessas têm de ser lembradas para que não se voltem a repetir! Porque já diziam os sábios de outros tempos «não prometas nunca o que sabes que, à partida, não podes cumprir»!!!-----

A Freguesia de Maiorca só por acaso, ou não, continua a ser alvo do não cumprimento de compromissos escritos, planeados, calculados e quantificados e, jamais, irá acreditar em promessas que, provavelmente ou infelizmente, nunca passarão disso mesmo!-----

Ainda assim, não farei nenhum comentário sobre qualquer outro comentário dos responsáveis da gestão autárquica do nosso Concelho. Julgo, porém, poder agradecer, em nome das freguesias do Norte do Concelho e também das do Sul do Concelho, a aparente vontade do executivo municipal na imposição da busca de um serviço de Saúde adequado, ajustado e digno de todas as freguesias deste Concelho.-----

Terão sempre o nosso mérito. Mas, de facto, de boas intenções está o inferno cheio!!!-----

Resta-me felicitar o Serviço Nacional de Saúde português, por tudo o que tem feito pelo país, mesmo consciente que muito mais haverá a fazer, assumindo perante este



órgão que a Freguesia de Maiorca jamais deixará de lutar por um verdadeiro Serviço de Saúde.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

P - HABITAÇÃO NA FIGUEIRA DA FOZ/DEMOLIÇÃO DE IMÓVEIS DEGRADADOS E DEVOLUTOS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Mafalda Reis Azevedo.

MAFALDA REIS AZEVEDO: “A minha intervenção vem, precisamente, na sequência das declarações do senhor Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz, ainda no mês de março, a propósito da demolição de dez edifícios devolutos e degradados, sendo que se comprometeu a iniciar a demolição ainda no espaço de um mês.-----

Aliás, o deputado municipal João Raul Portugal já abordou este assunto, mas pela importância que tem também para os jovens, parece-me pertinente reforçar e reiterar que esta é igualmente uma preocupação partilhada pelo grupo municipal do Partido Socialista.-----

No entanto, queria também destacar a importância de resolver com urgência os problemas de carência habitacional e da dificuldade de acesso a uma habitação digna no Concelho da Figueira da Foz. Sabemos, de facto, que o desaproveitamento destes edifícios constitui um fator lesivo do interesse público, na medida em que diminui a oferta de fogos e de solo disponível, aumentando por esta via artificialmente os preços e dificultando o acesso à habitação, algo particularmente gravoso neste contexto em que a oferta habitacional já é de si escassa.-----

Assim reconhecendo também o papel central da Habitação e da Reabilitação para a melhoria da qualidade de vida das populações, bem como, para a fixação e atração da população no Concelho, queria perceber se já foi elaborada a listagem dos imóveis devolutos e degradados para o agravamento do Imposto Municipal sobre Imóveis e para, deste modo, promover a reabilitação de prédios degradados.-----

Senhor Presidente parece-me que tão ou mais importante do que termos a Figueira num brinquinho, pintada, arranjada e com flores à janela, é aumentar a oferta habitacional e garantir a regulação do mercado de habitação.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Acho muito interessante as perguntas pela demolição dos edifícios devolutos, acho aliás, interessantíssimo, porque alguns estão devolutos e em ruínas há décadas. A senhora deputada é muito jovem, mas tenho a certeza que outros deputados, noutros mandatos, fizeram insistentemente esta pergunta aos executivos anteriores, porque, de facto, é de bradar aos céus.-----

Só que há prazos a cumprir - os Serviços de Urbanismo, curiosamente, já sabendo



tudo o que já tinha acontecido, deram agora um prazo de 45 dias e pediram a intervenção de um arqueólogo, por exemplo, ali nas Freirinhas para a demolição. Deve ser caso único no mundo, vamos ter um arqueólogo para a demolição, deve ser para ver como é que as pedras caiem!!!-----

Disse ontem à Delegada Regional da Cultura, durante décadas ninguém mandou um arqueólogo ao Mosteiro de Seiça, agora, que se iniciaram as obras aí temos o arqueólogo. E, agora, é a polémica se mantemos ou não a memória daquele espaço, quando durante estes anos todos, palavras também do Dr. João Ataíde e de vários Presidentes de Câmara, veja-se o ponto a que chegou aquele Mosteiro que até lá tinha atividade privada do desbaste de arroz.-----

Há teóricos do património que querem que a obra não prossiga. Já estamos com pedidos de indemnização da empresa pela suspensão da obra, porque querem manter a memória. Ainda bem que não querem manter a memória de outro tipo de atividades que, às vezes, a existência das paisagens desertas, ou abandonadas ou sem população escolar, permitem surgir.-----

Em relação aos prédios devolutos, garanto ninguém andou mais depressa, ninguém fez mais e, neste caso, permitam-me puxar dos galões. Agora, estes prazos...Quando se pergunta aos serviços as razões dos mesmos, respondem-nos foi nosso critério.--- Aliás, se reparar bem até há um brado na imprensa, uma coisa estranha, porque parece que se gera às vezes um movimento de defesa dos proprietários das ruínas! Por isso, folgo muito ter ouvido a senhora deputada afirmar ser muito importante estas coisas acontecerem até para nascerem projetos de habitação como deve ser para os jovens, porque, como disse, há grande escassez de oferta de habitação.-- A atualização da Estratégia Municipal de Habitação irá a breve prazo a reunião de Câmara. Foi um trabalho da Vereadora Olga Brás e da sua equipa, iniciado também no anterior executivo com a criação de um Gabinete Local de Habitação na parte final do mandato."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Mafalda Reis Azevedo.

MAFALDA REIS AZEVEDO: "Fiquei muito satisfeita por ver que estamos de acordo em relação aos imóveis degradados ou devolutos, e apesar de ser nova, como o próprio Presidente da Câmara referiu, ainda me recordo que o executivo do Partido Socialista nunca prometeu a demolição com prazos, por saber como são realmente processos bastante morosos. Por isso, não vale a pena criarmos expectativas.---- Ainda assim, fiquei sem saber se estão ou não a elaborar essa tal listagem com os imóveis devolutos para efeitos de agravamento do Imposto Municipal sobre Imóveis.



Por fim, aproveito para reiterar a necessidade de dar seguimento ao trabalho do anterior executivo, no sentido de alargar à oferta pública, pois isto não se resolve apenas com a iniciativa privada, como é natural!-----
A única coisa que pedimos foram realmente medidas que estão em curso e regulamentos que estão prontos."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

Q - POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DA FIGUEIRA DA FOZ/ÉPOCA BALNEAR

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal António Graça Lapão.

ANTÓNIO GRAÇA LAPÃO: "Há situações às quais não podemos ficar indiferentes! Uma delas é, seguramente, a segurança, um fator essencial para o bem-estar e estabilidade social dos habitantes locais e de quem nos visita.-----

E sendo a cidade da Figueira da Foz uma cidade turística por excelência, é expectável que na época balnear aumente substancialmente a sua população.-----

Contudo, a força de segurança, neste caso a Polícia de Segurança Pública, mantém o efetivo reduzido de cerca de oitenta elementos, segundo o seu comandante, insuficiente para fazer face às diversas ocorrências existentes na área da sua jurisdição. Isso poderá pôr em causa a segurança de pessoas e bens durante a época balnear que se avizinha.-----

Há diligências efetuadas a fim de reforçar a divisão policial da Figueira da Foz, com o Corpo de Intervenção da Polícia de Segurança Pública em permanência durante a época balnear, a fim da cidade manter os níveis de segurança desejados?-----

Para quando se prevê a instalação de videovigilância no Bairro Novo? Por exemplo, no Bairro Novo, vão ser tomadas medidas relativamente à circulação de viaturas e às cargas e descargas fora do horário previsto e com desrespeito pela sinalização existente, nas zonas de maior fluxo de turistas?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Gostaria de colocar algumas questões sobre o investimento para revitalizar e modernizar a Polícia de Segurança Pública da Figueira da Foz, anunciado pela Secretária Adjunta da Administração Interna, nomeadamente na requalificação de infraestruturas, frota automóvel e tecnologias de informação.-

O Presidente da Câmara Municipal tem conhecimento do que vai ser feito? E para quando? É que esta promessa já foi feita em 2019 pelo Governo Socialista, e reivindicada pelo Sindicato dos Polícias em 2017!!!-----

E o tão necessário aumento do corpo policial fica na gaveta?-----

Apelo ao envolvimento de V. Ex.^a e do seu executivo neste assunto porque,



efetivamente, os figueirenses estão cansados do Governo Socialista, dos seus anúncios e poucas concretizações no nosso Concelho.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “O concurso da videovigilância está a andar, foi aprovado em sede de reunião de Câmara.-----

O que a PSP faz ou não faz, eu não tenho conhecimento. Houve obras no Comando Polícia de Segurança Pública há uns anos. Na altura da campanha, eu visitei as instalações da Polícia de Segurança Pública da Figueira da Foz. Não tenho conhecimento do que vai acontecer agora, a não ser pelas notícias.-----

Já tive ocasião de referir, não entrando em pormenores, que as autoridades de qualquer concelho nas diferentes áreas devem ter entre si, como mandam as regras da proteção civil, um permanente sistema de informação. É inconcebível que um Presidente de Câmara passe pelo local onde acabou de ocorrer um assalto violento, veja viaturas e ambulâncias à porta, e só seja informado pela imprensa do dia seguinte de que aconteceu um assalto na zona central da Cidade!!!-----

Portanto, a informação tem de existir em permanência. Esse, como sabemos, é um dos grandes problemas e há muitos anos que me debato contra isso. Mas há esta mania, quem é do poder central tem um *jus imperium* sem quaisquer laços a não ser o comparecer em cerimónias com o poder local!-----

Eu acho isso absolutamente inacreditável! O responsável primeiro e último da proteção civil no Concelho é o Presidente da Câmara de cada terra e, depois, vêm os Presidentes de Junta de Freguesia, as várias autoridades do Concelho.-----

Existe este dever de circulação da informação. Quintas e coutadas não podem existir em matéria de segurança! Esta é uma tarefa coletiva! Portanto, já procurei transmitir a minha posição a quem de direito, pelas devidas vias, procurando prevenir em vez de remediar.-----

No Verão, como tem acontecido nos sucessivos verões, estará cá o reforço das equipas policiais, nomeadamente, as forças de intervenção, a acompanhar a época balnear.-----

A propósito, permitam-me aqui um pequeno aparte para vos informar que o Tribunal de Contas visou o processo da Expansão da Zona Industrial, possibilitando-nos dar já andamento a um dos lotes.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

R - SEGURANÇA NAS PRAIAS NA ÉPOCA BALNEAR

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal António Graça Lapão.



ANTÓNIO GRAÇA LAPÃO: "Em matéria de segurança nas praias, está previsto algum reforço nadadores salvadores e a antecipação da vigilância nas praias relativamente à abertura oficial da época balnear?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "A época balnear foi antecipada para 01 de junho. Fiz questão que assim fosse! Foi-me dito ser difícil, porquanto, os jovens nadadores salvadores acabam aulas só a meio de junho.-----

Mas, evidentemente, temos de ter segurança nas praias a partir do momento em que as pessoas vão à praia, e não a partir do momento em que os jovens terminam o ano letivo.-----

Há uma competitividade de salários entre o nosso Concelho e os concelhos vizinhos, mas procuramos de modo equilibrado fazer face a isso, e está assegurada uma boa cobertura.-----

Ontem, numa visita à Leirosa, o Presidente da Junta de Freguesia de Marinha das Ondas deu-me uma boa sugestão em relação à praia para cá do Torreão, a Sul do pontão. É uma zona que não tem tido equipamento, nem tem sido tratada como praia alvo dessas medidas de segurança, mas é uma praia esplêndida apesar do que tem acontecido às dunas."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

S - EDIFÍCIO NINHO DOS PASSARINHOS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "O edifício Ninho dos Passarinhos, antigamente uma creche, é atualmente um edifício abandonado e degradado numa zona nobre da Cidade. Ao que se sabe é propriedade da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra. Em 2019, saiu uma notícia no jornal O Público a falar sobre este assunto, dizendo o Presidente da Comunidade Intermunicipal, à altura, que iria ser resolvida esta questão.-----

Decorridos três anos continua tudo na mesma. O Estado tem de ser pessoa de bem e se penaliza, e bem, os proprietários dos edifícios abandonados degradados, não pode nem deve deixar o seu património abandonado e degradado!-----

Gostaria de saber qual é a intenção de V. Ex.^a e do seu executivo com vista à resolução desta situação."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "O edifício Ninho dos Passarinhos passou a ser propriedade da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra. Fizemos muitas diligências.



Esteve uns tempos para parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República. Falei com o Chefe de Gabinete do Primeiro-Ministro há três/quatro meses. E finalmente foi resolvido, passou a ser propriedade da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra. Já conversei com o Presidente da Comunidade Intermunicipal, assim como, com o seu Diretor Executivo, perguntando se era preciso escrever uma carta, mas disseram não ser necessário.-----

Se a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra não quer e não precisa daquele espaço para nada, acho que o deve transferir para o Município da Figueira da Foz. Portanto, estou à espera que se concretize esse processo.-----

Em meu entender, tal como está é uma nódoa e o Município não tem poder de intervenção."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

T - ROTUNDAS DA ESTRADA NACIONAL 109

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Ao fim de tantos anos de acidentes e mortes, foram finalmente feitas as rotundas na Estrada Nacional Estrada Nacional 109, na zona sul do Concelho. Pergunto: e o asfalto entre as rotundas? Para quando? O executivo camarário já efetuou diligências para que tal se concretize? Quais foram?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "A Estrada Nacional 109 tem obras da intervenção na margem Sul. Como sabe, foi anunciado na imprensa que iam começar de imediato, sem terem previamente informado a Câmara Municipal.-----

Pedi ao Vereador Manuel Domingos numa segunda-feira de manhã, para ir lá imediatamente ver se eles já estavam a intervir. Estavam a chegar, mas tanto quanto sei a obra propriamente dita ainda não começou. Apenas foram feitos uns pequenos arremedos e, portanto, estamos a acompanhar atentamente o modo como vão ser executadas as alterações."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

U - FESTAS DA CIDADE

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Rui Pinto Ferreira.

RUI PINTO FERREIRA: "Felicito o executivo municipal, neste caso na pessoa do Vereador Manuel Domingos, sem demérito para nenhum dos outros, por terem tido o bom senso de reunir e auscultar os representantes das freguesias sobre as Festas da Cidade, datas, locais e formato a desenrolar.-----

Felicito igualmente a equipa municipal, julgo eu, pois não sabemos ainda hoje, 180



dias depois da tomada de posse deste executivo, quem gere o quê, e felicito assim a equipa liderada pela Dr.ª Margarida Perrolas que, em anos anteriores, souberam e bem ouvir os problemas existentes, trabalharam arduamente na busca das soluções mais adequadas para a realização deste evento em geral e, em particular, no cuidado que tiveram com o associativismo e com as tasquinhas das freguesias.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Já agora, para não pensarem que eu só me lembro de coisas simpáticas, gostaria de recordar - um deputado do Partido Social Democrata, que hoje não está aqui, disse que se o Carnaval corresse mal viria aqui pedir-me responsabilidades. Não sei qual foi o balanço feito, mas esperava ouvir hoje, neste Período de Antes da Ordem do Dia, uma palavrinha sobre o assunto, quanto mais não fosse a dizer «afinal, a coisa até se compôs...!»”-----

B - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

**4.1 - COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL - 1.º SEMESTRE DE MANDATO
- RELATÓRIO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, VITOR
GONÇALVES ALEMÃO - PARA CONHECIMENTO**

Foi presente, para conhecimento da Assembleia Municipal, o Relatório do 1.º Semestre de Mandato da Comissão Municipal de Proteção Civil da Figueira da Foz, elaborado pelo representante deste órgão na referida Comissão, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número um à presente ata.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Este Relatório é explícito naquilo que nos diz. Manifesto o meu regozijo porque, há muito, fazia falta um documento com este tipo de elaboração.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato ao ponto seguinte.-

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**4.2 - DESIGNAÇÃO DAS DEPUTADAS MUNICIPAIS ISABEL CRISTINA GUERREIRO
PIMENTEL MAIA E ROSA MARIA DA COSTA REIS, RESPETIVAMENTE, PARA
MEMBROS EFETIVO E SUPLENTE DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE COIMBRA, PELO GRUPO DE
CIDADÃOS ELEITORES FIGUEIRA A PRIMEIRA**

Na sequência da renúncia ao mandato na Assembleia Intermunicipal da Comunidade



Intermunicipal da Região de Coimbra do deputado municipal Paulo Henrique Nisa Mariano, o grupo municipal da Figueira A Primeira propôs a designação das deputadas municipais Isabel Cristina Guerreiro Pimentel Maia e Rosa Maria da Costa Reis, respetivamente, para membros efetivo e suplente na referida Assembleia Intermunicipal.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação.-----

A Assembleia Municipal, em cumprimento das disposições emergentes do art.º 83.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, após ter procedido à votação por escrutínio secreto, deliberou, por maioria, com trinta e dois votos a favor, quatro abstenções, um voto contra, e dois votos em branco, designar Isabel Cristina Guerreiro Pimentel Maia e Rosa Maria da Costa Reis, eleitas pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, para integrarem a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, respetivamente, na qualidade de membro efetivo e suplente.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

**4.3 - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA E DA
INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL**

Foi presente para apreciação uma informação sobre a atividade do Município, acompanhada de uma informação financeira e de uma listagem dos processos contenciosos pendentes, com indicação da respetiva fase e estado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "A páginas dezasseis, fala-se na requalificação/tratamento da Rotunda do Pescador. Em relação a esta zona, está na ideia do executivo e do Presidente da Câmara alguma intervenção? Trabalhos a mais nós já tivemos, trabalhos a menos também, mas já repararam no estado absolutamente caótico de tráfego, nomeadamente, aos fins semana ou feriados, problema que já vínhamos observando desde o ano passado? Aquilo é um funil! Tirou-se imenso espaço à circulação para pedras e pedrinhas onde vão nascer ervas e ervas, porque estão assentes sobre terra.-----

Na mesma página, escreve-se aqui Irmadona Supermercados, S.A. Sou eu que sou ignorante ou é um erro de escrita? É mesmo uma curiosidade.-----

Na página vinte e três, mencionam-se cursos profissionais direcionados para as empresas, nomeadamente, à Cofisa, com a preparação de equipas, mas, entretanto, ao desenrolarem o assunto acaba por se dizer que os trabalhadores indiferenciados-



são dos que mais falta fazem às empresas, sendo muito importante para a Figueira da Foz a sua formação.-----

Qual é a formação de um trabalhador indiferenciado? Na minha opinião, um trabalhador indiferenciado é carne para canhão. Citaram aqui a Cofisa ainda há uma semana e pouco esteve num processo de luta, exatamente porque os trabalhadores não estão a ser bem tratados, nem está a ser refletida na sua vida o efeito do aumento substancial de lucros que a Indústria Conserveira teve. Com a pandemia as pessoas não podiam ir às compras ou tinham receio e abasteceram-se de imensas conservas. O Município está a promover este tipo de emprego?-----

A páginas trinta e cinco e trinta e seis, referem-se processos de re-arborização apresentados por seis munícipes, dos quais apenas cinco têm parecer favorável e um tem parecer desfavorável. Qual é o tipo de árvore que este munícipe pretendia plantar? Quais são as árvores que vão ser plantadas pelos outros? Faço estas perguntas, porque tenho muito receio que aqui esteja outra vez a questão dos eucaliptos fora dos limites impostos por lei ao plantio dessas espécies arbóreas. Termino, abordando a questão da transferência de competências. Ouvi com toda a atenção a intervenção do Presidente da Câmara na sessão solene do 25 de Abril, sobre as suas preocupações com a saúde, um tema que muito preocupa a Coligação Democrática Unitária, como é sobejamente conhecido.-----

A Câmara Municipal da Figueira da Foz vai aceitar o auto de transferência de competências no domínio da saúde, algo que me inquieta. Em que termos será feita essa aceitação?-----

A nossa vizinha Câmara de Montemor-o-Velho, curiosamente, liderada por um militante do partido que hoje está no Governo, considerou não estarem reunidas as condições para poder assumir tal encargo.-----

Também é pública a posição do Partido Comunista Português e do Partido Ecologista «Os Verdes» sobre as transferências do poder central para as autarquias. Na sua opinião, afastam o Governo de responsabilidades que a ele cabem de acordo com a Constituição da República Portuguesa. Esta garante a universalidade da Saúde, dos cuidados de saúde e advoga que tais cuidados têm de ser tendencialmente gratuitos. Conseguirão as câmaras municipais, nomeadamente a da Figueira da Foz, cumprir estes desideratos, estas exigências? Sabemos como é difícil a vida das autarquias no tocante às disponibilidades financeiras e, agora, elas vão ficar mais folgadas financeiramente? O executivo da Figueira da Foz acredita que este caminho vai ser lesto e fácil? Eu considero que não, mas não queremos ser a galinha preta e



gostaríamos de ouvir o Presidente da Câmara discorrer sobre esta matéria tão sensível para a vida e o bem-estar dos cidadãos, dos munícipes.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: “Na Rotunda do Pescador existe ali um espaço pequeno em terra batida. É uma parte da obra que não deve ter sido concluída e que, infelizmente, no último Verão até serviu de estacionamento.-----
Prevê-se, agora, concluir esse bocado, pelo menos acabar com a terra batida, pôr relva ou o quer que seja?-----

A páginas vinte, referem-se as obras da Ponte Edgar Cardoso. Qual o ponto da situação destas obras? Está assegurado, pelo menos, a passagem de veículos prioritários, 24 horas sobre 24 horas, durante as referidas obras?”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Pedro Miguel Jorge.-----

PEDRO MIGUEL JORGE: “Face aos números apresentados relativos ao exercício de 2021, com prejuízos superiores a 04 milhões de euros, mesmo tendo em conta que são em parte justificados por um contexto de pandemia, que todos desejamos passe a ser anormal, gostaria de colocar uma única questão ao executivo.-----
Numa altura em que se verifica a subida da inflação e do custo de vida provocados pelo agravamento das grandes questões nacionais e internacionais, que medidas pretende implementar no sentido de o mais rapidamente possível corrigir este défice e voltar a números positivos?”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Rotunda do Pescador, obras feitas, consequências do tráfego, nomeadamente ao fim de semana - estamos atentos monitorizando, neste momento, mais não tenho a acrescentar. Vamos ver... Os engarrafamentos não são só ali, por exemplo, no Forte de Santa Catarina também há. Sei que nalgumas alturas no Verão vai ser complicado! Mesmo que quiséssemos fazer alguma alteração seria muito difícil conseguir realizá-la antes do Verão!-----

Rearborização - a Divisão de Ambiente está atenta e o facto de ser dado parecer desfavorável pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e pelas entidades competentes não significa que passe a vigorar a lei da selva, mas tem de ser respeitada a lei.-----

Transferência de competências na área da saúde - vai ser muito difícil. O Município da Figueira, como dizia ontem o Vereador Carlos Monteiro, foi pioneiro a aceitar as transferências na área da educação e, na minha opinião, fez bem. Acho ser uma questão, entre outras, de princípio de termos autoridade moral para negociar com



o Estado.-----
Tanto quanto posso julgar a posteriori, no geral o sistema educativo na Figueira da Foz funciona de modo bastante satisfatório. A opinião generalizada é que funciona melhor até do que antes dessa transferência de competências.-----
O balanço deste ano respeitante às verbas da Educação foi cerca de 05 milhões de euros. Há uma diferença de 01,2 milhões de euros entre as verbas despendidas e as receitas transferidas para o Município. Estamos atentos, vamos conferir e tratar com o Ministério da Educação, porque houve mudança de Ministro.-----
Nós também fizemos agora esta opção em relação à saúde.-----
Se há área onde se justifica a proximidade em relação às populações é na saúde. Tenho seis de Provedor da Santa Casa também com a área da saúde e sei bem até onde vai o Estado e onde vão as autarquias.-----
O Covid-19 tapou um bocado o sol com a peneira, passe a expressão, porque, de facto, os profissionais de saúde fizeram um esforço extraordinário, fizeram das fraquezas forças, contudo sabemos qual é a realidade das coisas na Figueira e por todo o país.-----
E a questão é também de recursos financeiros. O país não tem dinheiro! Com os níveis de crescimento da economia nestes 20 anos não há dinheiro para pagar tudo aquilo que tem de se pagar. Se a economia crescer acima de 3%, crescendo agora cerca de 1% mais ou menos, uma diferença de 5%, poderíamos falar de uma folga de 06 mil milhões de euros. Sabe-se que o primeiro trimestre acabou com um excedente de 600 milhões de euros.-----
Agora, se há setor onde as autarquias têm de estar presentes é na saúde. Vejam lá como foi com o Covid, os serviços da Administração Central vieram dizer que as autarquias não tinham competências? Não! Pediram ajuda às autarquias e estas acorreram como era sua obrigação! Porém, se fossemos analisar a uma luz formal das competências e atribuições muito haveria para dizer... Ainda bem que o fizeram.---
Quando estou no exercício de funções, não faço aos outros aquilo que reclamava com os outros. Procuo trabalhar para ajudar o Governo a resolver os assuntos. Acho ser este o caminho correto, embora esteja convencido que não vai ser fácil.-----
Imaginem o que é uma pessoa de 80 anos com uma fratura estar seis semanas à espera para ser operada?! Ou uma filha estar uma semana sem ninguém lhe dar uma palavra sobre o estado de saúde da mãe que foi internada e apanhou Covid-19?-----
Por que razão os médicos aposentados não hão de poder trabalhar??? É como os professores terem de se jubilar aos 70 anos. Se há tanto professor que se sente



bem, está em forma, por que não pode dar aulas? Os médicos podem não fazer intervenções porque as mãos já não são tão firmes, mas dar uma consulta, passar uma receita!...-----

Pensamos aceitar competências também na ação social. Ou seja, nós não somos daqueles municípios a querer saber primeiro do dinheiro e depois das responsabilidades. Não queremos perder tempo, pretendemos ajudar as pessoas que precisam nessas áreas e, ao mesmo tempo, negociar com o Governo. E ao aceitar competências temos autoridade moral para falar e para negociar as verbas.-----

Se o Estado quer largar mão do que tem eu estou logo lá na primeira fila, porque um dos grandes problemas do atraso do país é o centralismo.-----

Estacionamento de Buarcos - faz parte outra fase de obras, por isso não vai ser resolvido este Verão. No Verão passado serviu até para estacionamento, para este Verão há pedidos para divertimentos. Aliás, já lá estão instalados três carrosséis. Ponte Edgar Cardoso - há três semanas, na reunião com o Ministro pedi-lhe para as Infraestruturas de Portugal nos avisarem, o mais depressa possível. Aquilo que tinha sido assegurado pelo anterior executivo garante, naturalmente, essa prioridade para os veículos prioritários, 24 horas por dia, a não ser quando as obras exijam a interrupção total durante umas horas.-----

Acontece em todas as pontes, mas nós não temos ainda a informação de quando começam as obras, os empresários precisam de saber quando alternam os turnos, quais as horas das mudanças dos mesmos, qual é o regime que vigora, quais as alternativas fixadas, o não pagamento de portagens na via alternativa, etc....-----

E acho que eles não se vão atrever a começar as obras sem reunirem connosco. Era o que faltava!!! Senão lá teremos ali um bloqueiozito!-----

Desequilíbrio financeiro orçamental - como o vamos reduzir em tempo de inflação? As previsões são que a inflação a estes níveis dure três a quatro anos, pelo menos. Os preços dos combustíveis, nesses prazos, tenderão a recuperar.-----

Esta é uma grande preocupação. Eu tenho quase pronto um despacho a dar orientações a todo o Município para se trabalhar e investir na eficiência energética. As faturas estão a subir muito consideravelmente, como devem notar também pelas vossas casas, daí ser tão relevante a poupança nessa matéria.-----

Trabalhadores indiferenciados - Concordo com a deputada municipal Silvina Anadio Queiroz, que essa expressão, nos termos em que está, é infeliz. As empresas precisam muito de trabalhadores indiferenciados. Agora, há falta de mão de obra vária no país todo, com repercussões nas obras e conseqüente paragem das mesmas.



Vivemos, neste aspeto, tempos complicados e temos de estar sempre em cima do acontecimento.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

5 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DAS SEGUINTE PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL:

5.1 - ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2022 - RATIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 16 DE MARÇO DE 2022

Pelo Presidente da Câmara foi proposta a ratificação da deliberação de Câmara de 16 de março de 2022, que aprovou a alteração ao Mapa de Pessoal de 2022, nele se criando dois lugares de Diretor de Departamento, dois lugares de Chefe de Divisão, e extinguindo-se um lugar de Chefe de Serviço, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número dois à presente ata.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “A presente alteração ao Mapa de Pessoal suscita-nos algumas questões, quase todas de há longa data.-----

Terá a Câmara Municipal da Figueira da Foz necessidade de uma estrutura tão pesada como esta aqui proposta? Há 12 anos, a autarquia tinha dois diretores de Departamento, agora, passará a ter quatro. Aliás, houve um curto espaço de tempo, após a saída do Dr. João Ataíde, em que ficou apenas com um Diretor de Departamento. Quais serão as implicações financeiras numa altura como esta, que não é nada fácil? Depois, continuamos a verificar uma grande deficiência nos quadros operários. É sempre o quadro vigente que está sendo pensado, sendo que, desde 2015, há um aumento de 160% dos quadros dirigentes, 25% de Técnicos, 36% de Assistentes Técnicos, 37% de Encarregados Operacionais, e 75% de Assistentes Operacionais.-- Isto poderia fazer-vos pensar que desmenti o que atrás disse, mas não! Isto tem a ver com a transferência de competências e com os Assistentes Operacionais das escolas que passaram para a jurisdição do Município. Por outro lado, o setor técnico tem poucos Assistentes Técnicos e poucos Assistentes Operacionais em algumas áreas!...-----

Por todas estas razões, a Coligação Democrática Unitária não pode votar favoravelmente esta alteração ao Mapa de Pessoal.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Miguel Jorge.

PEDRO MIGUEL JORGE: “Verificamos que a política geral seguida pelo executivo camarário tem sido uma reformulação do Organigrama, com reformulações de Departamentos, Divisões e Serviços, o que implicou a substituição de alguns cargos



de chefia e reconstituição de dinâmicas orgânicas no funcionamento do Município. Partindo do princípio que considera que o funcionamento da Câmara sairá beneficiado com estas alterações, tem levado em linha de conta o perfil de cada uma destas chefias no sentido de se assegurar que as novas nomeações correspondem, de facto, aos quadros mais qualificados e conhecedores das diversas instâncias que dirigem? Considera que as opções tomadas vão de encontro às reais melhorias no funcionamento dos Serviços Municipais, compensando possíveis instabilidades causadas pelas alterações verificadas?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Estas alterações vêm na sequência da alteração da Organização dos Serviços Municipais aprovada na anterior sessão da Assembleia Municipal.-----

Aquilo que diz o deputado municipal Pedro Miguel Jorge -o executivo está numa dinâmica de reformulação - eu responder-lhe-ia antes estivesse, mas não está! Houve duas mudanças ao nível de Chefias - a Divisão de Obras e Projetos Municipais e a Divisão de Gestão de Empreitadas. Não quer dizer que não vai haver mais, mas não faço intenções. E para os lugares aqui criados, também não tenho intenções, de os prover até se realizarem os concursos previstos nos termos e nos prazos da lei.-----

As implicações financeiras - se tudo fossem lugares criados de novo e providos com pessoas que não estivessem na Câmara, as alterações poderiam implicar cerca de 100.000 euros. Neste caso, é praticamente residual e estimo não chegará aos 20.000 euros, porque vão ser providos com chefias que já estão no exercício de cargos dirigentes, na generalidade do que já aconteceu e do que está previsto.-----

Agora, entendemos que devido ao Plano de Saneamento Financeiro, houve um tempo durante o qual o Município não pôde ter mais direções departamento. Não tenho nenhuma dúvida de que o Planeamento e Urbanismo deve estar na orgânica da Câmara ao nível de departamento com as respetivas Divisões, assim como o Departamento de Ambiente, Ciência, Inovação e Obras Municipais. Estiveram muito tempo na Câmara Municipal da Figueira da Foz e estão na generalidade das Câmaras. Temos, ainda, o Departamento de Cultura e Turismo e o Departamento de Administração Geral e Finanças para a área financeira, mas as obras e urbanismo... É complicado a vários títulos, até para os seus interlocutores, nomeadamente, de planeamento e urbanismo. Não desprestigia ninguém ser Chefe de Divisão, Chefe de Serviço ou Técnico Superior, mas com toda a franqueza faz falta ao Município ter o seu Diretor ou



Diretora de Departamento de Planeamento e Urbanismo, o mesmo acontecendo para as Obras Municipais.-----

A única coisa que posso dizer à Assembleia é ser nossa intenção e propósito não vir ninguém de fora. Os novos responsáveis serão, na generalidade dos casos, pessoas que já exercem funções em cargos dirigentes e os têm exercido até com o executivo anterior, aproveitando-se a prata da casa, como se costuma dizer, ou se quiserem o ouro da casa. Por isso mesmo, a implicação financeira neste caso será residual.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas dos n.ºs 1, 2 e 4 do art.º 29.º do anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, da alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e art.º 164.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, todos na sua última redação, deliberou, por maioria, com catorze votos a favor dos membros do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, e do membro do Partido Social Democrata, Gilberto Fajardo Oliveira, vinte e sete abstenções dos membros do Partido Socialista, do Partido Social Democrata, Manuel Rascão Marques, Paulo Martinho Pinto e Luís Filipe Marques, da Coligação Democrática Unitária e do Bloco de Esquerda, e sem votos contra, ratificar a deliberação de Câmara de 16 de março de 2022, que aprovou a alteração ao Mapa de Pessoal de 2022, nele se criando dois lugares de Diretor de Departamento, dois lugares de Chefe de Divisão, e extinguindo-se um lugar de Chefe de Serviço, convalidando todos os atos e efeitos subsequentes à referida deliberação.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.2 - A QUINTINHA DAS CARREIRINHAS RESTAURAÇÃO LD.ª - LEGALIZAÇÃO DAS OBRAS DE ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UM EDIFÍCIO SITO NA RUA DE SANTO ANTÓNIO - LUGAR DE REGALHEIRAS - FREGUESIA DE LAVOS - PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL

Pelo Presidente da Câmara foi presente uma proposta no sentido de se declarar o interesse municipal para instrução do processo de legalização de obras de alteração e ampliação de um edifício sito na Rua de Santo António, 7, lugar de Regalheiras, freguesia de Lavos, propriedade da empresa A Quintinha das Carreirinhas Restauração



Ld.^a.-----
Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 16 de março de 2022.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvína Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "A Coligação Democrática Unitária vai aprovar este ponto, mas ele causa-me alguns engulhos e leva-me a repetir aquilo que já afirmei em alturas anteriores, e realmente o atual executivo não tem qualquer responsabilidade nesta matéria.-----

O Plano Diretor Municipal foi feito, desculpem a expressão, com os pés e não levou em conta instalações que já estavam edificadas, por exemplo, como esta no meio de um aglomerado rural onde não faz sentido nenhum não se poder edificar, daí o meu voto favorável.-----

Contudo, é sempre muito complicado, a Coligação Democrática Unitária votar favoravelmente estas alterações ao Plano Diretor Municipal e declarações de interesse municipal que são sempre uma coisa muito forçada."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausente o membro do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Joaquim Francisco Pereira, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas da alínea r) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação, e n.º 5 do art.º 45.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Figueira da Foz, deliberou, por unanimidade, declarar o interesse municipal para instrução do processo de legalização de obras de alteração e ampliação de um edifício sito na Rua de Santo António, 7, lugar de Regalheiras, freguesia de Lavos, propriedade da empresa A Quintinha das Carreirinhas Restauração Ld.^a, com fundamento no cumprimento das disposições contidas no n.º 3 do artigo invocado do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Figueira da Foz.-----

Não participou da discussão e deliberação deste ponto o deputado municipal, Edgar Pedrosa Gonçalves, por se considerar impedido ao abrigo das disposições combinadas do n.º 4 do art.º 31.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, alínea iv) do art.º 4.º da Lei n.º 29/87, de 30 de junho, e n.º 6 do art.º 55.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, todos na sua última redação.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----



5.3 - PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA FIGUEIRA DA FOZ - 2021/2025

Pelo Presidente foi presente uma proposta de constituição do Conselho Municipal de Educação para o quadriénio 2017/2021, para nomeação por parte da Assembleia Municipal das pessoas indicadas pelas diversas entidades nele representadas.---- Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 16 de março de 2022.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação.-----

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições conjugadas dos art.ºs 57.º e 58.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua última redação, deliberou, por unanimidade, nomear o Conselho Municipal de Educação da Figueira da Foz, para o mandato de 2021/2025, o qual terá a seguinte constituição:-----

- Pedro Miguel de Santana Lopes, Presidente da Câmara Municipal;-----
- José Duarte Pereira, Presidente da Assembleia Municipal;-----
- Olga Fernandes Pedrosa Brás, Vereador responsável pela Educação, que substitui o Presidente, nas suas ausências e impedimentos;-----
- Fernando António Martins Lopes, Presidente da Junta de Freguesia de Tavarede, eleito pela Assembleia Municipal em representação das Freguesias do Concelho;---
- Cristina Fernandes de Oliveira, representante do departamento governamental regional responsável pela área da educação;-----
- Alexandra Isabel Marques Rodrigues Correia, representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro;-----
- Maomed Muagi Cabrá, Diretor do Agrupamento de Escolas Figueira Norte;-----
- Pedro Mota Curto, Diretor do Agrupamento de Escolas Figueira Mar;-----
- Ana Paula Guimarães Simões Carrito, Diretora do Agrupamento de Escolas do Paião;
- Bela Elisabete Ferreira Correia de Matos, Diretora do Agrupamento de Escolas da Zona Urbana;-----
- Carlos Alberto Pais dos Santos, Diretor da Escola Secundária Dr. Joaquim de Carvalho;-----
- Ilídio José Almeida Simões, representante do pessoal docente do ensino secundário público;-----
- Alexandre Manuel Teixeira de Figueiredo, representante do pessoal docente do



ensino básico público; -----

- Isabel Maria Ferraz Cantante Veríssimo, representante do pessoal docente da educação pré-escolar pública; -----
- Maria Fernanda Margalho Craveiro, representante do conselho pedagógico do Agrupamento de Escolas Figueira Norte; -----
- Paula Ângela Coelho Nogueira Grilo Mendes, representante do conselho pedagógico do Agrupamento de escolas Figueira Mar; -----
- Paulo Jorge Ramos Gonçalves, representante do conselho pedagógico do Agrupamento de Escolas do Paião; -----
- Helena Maria de Oliveira dos Santos, representante do conselho pedagógico do Agrupamento de Escolas da Zona Urbana da Figueira da Foz; -----
- Carlos Alberto Freitas Portela, representante do conselho pedagógico da Escola Secundária Dr. Joaquim de Carvalho; -----
- Cristina Isabel Carvalheiro Gomes Loureiro, representante dos estabelecimentos de educação e de ensino básico e secundário privados; -----
- Sandra Maria Gonçalves Rodrigues, em representação da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica 2/3 Dr. João de Barros; -----
- Óscar Daniel Oliveira Marques, em representação da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico de Regalheiras;
- Duarte Morais Santos, representante das Associações de Estudantes; -----
- Conceição Isabel Luís Baptista, em representação das Instituições Particulares de Solidariedade Social, que desenvolvem atividade na área da educação; -----
- José Manuel Batata Faria, representante dos serviços públicos de saúde; -----
- Sónia Catarina Costa Coutinho Sousa, representante dos Serviços da Segurança Social; -----
- Maria Adelaide dos Santos Crespo, representante dos serviços de emprego e formação profissional; -----
- Celeste Maria Assis Assunção Coelho de Moura, representante dos serviços públicos da área da juventude e do desporto; -----
- António Vicente Ramos Batista, representante das forças de segurança; -----
- Daniela Filipa Santos Tomé, representante do Conselho Municipal de Juventude. -

Não participou da discussão e deliberação deste ponto o deputado municipal, Pedro Miguel Jorge, por se considerar impedido ao abrigo das disposições combinadas do n.º 4 do art.º 31.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, alínea iv) do art.º 4.º da Lei n.º 29/87, de 30 de junho, e n.º 6 do art.º 55.º do Anexo I da



Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, todos na sua última redação.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

**5.4 - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E INVENTÁRIO DE 2021 DO
MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ**

Foram presentes para apreciação e votação os documentos de Prestação de Contas, em cumprimento do disposto no art.º 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, bem como, o Inventário Municipal de 2021.-----

Estes documentos ficarão devidamente arquivados na Divisão de Finanças e Património/Subunidade Orgânica de Contabilidade, deste Município, e disponíveis, para consulta, quando para tal forem solicitados.-----

Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 20 de abril de 2022, reunião que foi continuada no dia 26 de abril de 2022.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Irei votar contra este ponto da Ordem de Trabalhos.----

Estas Contas apresentam um resultado negativo de 04,13 milhões de euros, adveniente na sua maior parte do aumento de gastos em serviços externos, das despesas de pessoal na sequência das transferências de competências aceites pelo Município, e das despesas no âmbito da ação social. Um alerta - os tempos que vivemos e os que se avizinham não parecem ser fáceis, por isso haverá, de certeza, maiores necessidades de apoio social, e as verbas para esse efeito tenderão a engrossar e não a encolher.-----

Em serviços externos foram despendidos 02,072 milhões de euros, uma coisa absolutamente avassaladora!!!-----

Sobre os transportes é feita uma análise minimalista a páginas 77 que, depois, é alargada quando se fala nos transportes escolares. Contudo, continua a admitir-se que o transporte é uma pecha da Figueira da Foz, sendo mau o serviço público disponível assim há anos. Pergunto - quando será corrigida esta lacuna nos transportes da Figueira da Foz? Estamos à espera das decisões da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra!... Qual o ponto da situação em relação à questão dos transportes?-----

Por tudo isto, não tenho nenhuma condição para votar favoravelmente este ponto 5.4.-----

Já agora, na correção entregue das páginas um à `dezoito do Relatório de Gestão, logo na primeira página e primeiro parágrafo, onde se lê «A presente prestação de contas ... determinada pelo resultado das eleições autárquicas ocorridas em outubro



de 2021» peço a correção para «ocorridas em 26 de setembro de 2021».-----
A certa altura, na página dois volta-se a insistir na questão dos stakeholders, nomeadamente no primeiro, segundo, terceiro e quarto parágrafos, afirmando-se que nesta prestação de contas se relata onde foram aplicados os recursos, fornecendo a informação necessária para que os cidadãos e os restantes stakeholders possam avaliar o desempenho dos decisores políticos. Eu tenho formação em inglês, mas a minha pátria é a língua portuguesa, e fico sempre um bocadinho constrangida por recorrermos a estrangeirismos quando temos uma língua riquíssima. Ora, estes stakeholders são os grupos de interesse e eu pergunto - quem são os únicos interessados, verdadeiramente interessados, nas Contas do Município da Figueira da Foz? Não serão os munícipes, apenas e só?! É uma pergunta que gostaria de ver respondida.-----

Já aqui se falou do Paço de Maiorca e tudo leva a crer que ainda nos vai dar amargos de boca por muito mais tempo, nomeadamente, como dizia e diz o meu camarada Nelson Fernandes, por causa do Senhor das causas e das coisas.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Fernando Correia.

JOSÉ FERNANDO CORREIA: “Eu queria só deixar a esta assembleia duas notas rápidas sobre estes Documentos de Prestação de Contas, uma de forma com valor retrospectivo e uma de substância com um valor prospetivo.-----

E a de forma tem a ver com o seguinte - eu ouvi aquilo que o Presidente da Câmara disse há pouco sobre a entrega dos documentos e o processo que conduziu, enfim, a esta alteração da data.-----

Não quero fazer disso um drama pungente, nem rasgar as vestes, mas V. Ex.^a reconhecerá que houve aqui qualquer coisa que correu mal, e eu até conheço razoavelmente bem o frisson que são estes momentos de encerramento de contas e da emissão da Certificação Legal de Contas.-----

Nós recebemos um lote inicial de Contas que tinha a certificação legal de 2020 e, depois, recebemos outras Contas e, posteriormente, a outra parte respeitante ao Inventário. Disse o Presidente da Câmara, e bem, a Certificação Legal foi emitida pelo Auditor na tarde anterior à reunião de Câmara, e o contrário disso é que seria estranho! Se as Contas foram alteradas, pois, com certeza, foi em cima das contas finais que a Certificação pode ser emitida.-----

Segunda nota - há um ponto que me parece importante e que deixo, se mais não for, para reflexão.-----

Como era de temer a receita da Derrama recebida em 2021 está na casa dos 02,6



milhões. Se ela aumentar 10% este ano de 2022, e seria um aumento bastante razoável, nós ficaremos aquém dos 03 milhões de euros, ou por volta dos 03 milhões de euros, ainda assim, e no Orçamento Municipal temos uma estimativa de mais de 04 milhões de Derrama.-----

A sugestão que queria deixar no ar, é se não valia a pena, mais para a frente, fazer eventualmente uma alteração ao Orçamento Municipal, adaptando-o para um registo mais realista do ponto de vista da receita da Derrama e daquela questão da participação dos Impostos do Estado.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: “O Presidente da Câmara prometeu realizar uma auditoria aos últimos anos. Continuamos sem saber o seu resultado. Vai haver ou não auditoria? Efetivamente, o Partido Social Democrata acha mesmo necessário essa auditoria para esclarecer tudo!-----

Não sou um especialista nesta matéria, mas que magia foi esta para em dois/três dias, os números apresentados se terem modificado?!-----

O défice continua a aumentar. Existem obras em curso. Essas já terminaram ou continuam em curso? De que valor estamos a falar?-----

Há variações de despesa e receita. Já sei que vão falar de Covid, mas o Município vizinho de Cantanhede conseguiu aumentar o investimento e diminuir a despesa corrente, tendo concluído o exercício sem dívidas a fornecedores. Por que motivo a gestão do Município Figueirense não consegue seguir estes bons exemplos?!-----

Eu sei que estas Contas não são de Vossa Excelência, mas estas perguntas têm de ser feitas.-----

Contrariamente, a situação económica e financeira vai-se deteriorando, as despesas correntes aumentam, a aquisição de serviços aumenta, as despesas de pessoal aumentam, enfim, tudo aumenta...-----

O Partido Social Democrata votou contra a aceitação da transferência de competências no domínio da saúde, por entender, e agora se verifica com razão, que o envelope financeiro não era adequado. E, portanto, já temos mais um prejuízo para o Município! Senhor Presidente, a aceitação da transferência de competências da ação social não vai criar ainda mais dificuldades orçamentais, estrangulando mais o Orçamento da Câmara?-----

Preocupa-me o que vem escrito na Certificação Legal das Contas. Será que as contas finais são, efetivamente, estas que estão aqui a ser apresentadas? É uma legítima preocupação que, obviamente, determinará o nosso voto.”-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Pedro Miguel Jorge.-----

PEDRO MIGUEL JORGE: "A diversidade de temas apresentados pelos vários grupos municipais demonstra bem que este é um ponto extensíssimo e com documentação de peso, o que torna as coisas mais difíceis no caso do Bloco de Esquerda.-----

Por isso e para situar e facilitar um bocadinho a resposta, escolhi uma pequena reflexão sobre o ponto dois da evolução de recursos humanos do Relatório de Gestão. A minha pequena análise situa-se no período respeitante apenas ao último mandato, ou seja, de 2017-2021.-----

Analisados os números, verifica-se uma tendência geral de um aumento mais significativo nas carreiras de Assistentes Operacionais e Técnicos, mas muito menos significativo na carreira de Técnicos Superiores. Levando em linha de conta que muitas destas contratações estiveram diretamente ligadas ao período pandémico, ainda em curso, mas que foi muito mais marcado nos últimos dois anos, também não se pode ignorar o Fator da idade cada vez mais avançada dos quadros de pessoal, um pouco por toda a função pública de resto, que levou à aposentação de alguns funcionários durante este período.-----

Esta é uma tendência que se vai agravar nos próximos três anos já que o grupo etário dos maiores de 60 anos é o maior do Mapa de Pessoal. Na verdade, se alargarmos a análise até à faixa de maiores de 50 anos verificamos que o número atinge cerca de 60% dos trabalhadores da Câmara.-----

Perante esta breve análise, qual é a política que o Presidente da Câmara pretende seguir em relação aos contratados a exercer funções nos diversos serviços da Câmara Municipal? De uma forma geral e sem qualquer desprimor para os funcionários em fim de carreira que, com certeza terão dado o melhor de si mesmos durante o período destas, são globalmente menos qualificados do que muitos dos contratados que exercem funções de forma precária, sem garantias de se poderem fixar e iniciar uma carreira. Como se fará a gestão dos quadros durante o seu mandato? E o reequilíbrio dos quadros à medida que forem saindo os mais velhos? À custa da saída dos mais novos precários, muitos deles já com alguma experiência de mercado de trabalho e das suas novas exigências? Ou, pelo contrário, com uma estratégia concertada de, por exemplo, promoção de saídas negociadas dos funcionários mais antigos, mais desgastados pela pandemia e pelas novas exigências de foro laboral do trabalho remoto ou de teletrabalho digital?-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Gonçalo Raposeiro Faria.-----



GONÇALO RAPOSEIRO FARIA: "Estamos hoje a analisar a prestação de Contas do ano de 2021 da autarquia da Figueira da Foz. Reconhecemos ter sido ainda um ano sob pressão pandémica, mas nada comparável com 2020, ano de verdadeira incerteza e preparação de respostas a esta desconhecida variável externa, a Covid-19.-----

Da análise genérica do Relatório de Contas apresentado resulta que a regra do equilíbrio orçamental foi cumprida com a margem de aproximadamente 13 milhões de euros e o prazo médio de pagamentos foi de 24 dias.-----

Não queremos deixar de salientar e clarificar que, apesar de o nosso sentido de voto ser de aprovação, mais uma vez, cumprindo o nosso dever de total transparência na prestação de contas, estamos cientes que o resultado líquido do exercício de 2021 é um resultado negativo.-----

Este resultado negativo reflete que a gestão do ano passado assumiu gastos superiores aos rendimentos, traduzindo-se num saldo negativo de aproximadamente 04 milhões de euros. Porquê? Porque relativamente a 2020 a rubrica de fornecimento de serviços externos aumentou, os gastos com pessoal aumentaram e, ainda, houve um aumento de transferências de subsídios concedidos para as Freguesias, Escolas, Instituições do setor social, para além do aumento nas transferências de capital. Para além do resultado negativo do exercício 2021, de notar, ainda, que o passivo se configurou em 30 milhões de euros para uma dívida total da autarquia de aproximadamente 20 milhões de euros.-----

Registamos ainda um aumento da dívida bancária em 02.950.000,00 € relativamente aos financiamentos obtidos. Apesar de haver uma redução de empréstimos, há a adição de quase 05 milhões de euros da execução da garantia bancária relativamente ao Paço de Maiorca, com um total de dívida à banca de 17.030.935,00."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Em primeiro lugar, já foi aqui sublinhado, mas é bom lembrar sobre as Contas de 2021 que este executivo esteve 74 dos 365 dias, incluindo Natal e Fim de Ano, ou seja, 80% do exercício é da responsabilidade do executivo anterior, 20% é da responsabilidade deste executivo. Isso não faz diminuir a nossa responsabilidade, é próprio das transições políticas em sistemas democráticos, mas é bom que tenhamos isto presente.-----

Eu julgava que as Contas só vinham para os deputados municipais depois de serem aprovadas em reunião de Câmara, aliás, no respeito pela dignidade do órgão Câmara. Compreendo a exigência de respeito pela dignidade da Assembleia, mas o respeito



pela dignidade também dos órgãos autárquicos assim o deve determinar. Soube, por estes dias, que circulavam os drafts das Contas da Câmara pelos deputados municipais. Não tenho nenhuma responsabilidade nisso!-----
Fiquei, confesso, bastante aborrecido com o que aconteceu. Não podem circular documentos antes da sua aprovação na Câmara. Eu sei que a intenção é boa - permitir aos deputados municipais ir conhecendo o que está em preparação - mas, depois, surgem estas questões!-----
Portanto, se a Vereadora Anabela Tabaçó quiser acrescentar algo sobre essas alterações eu peço licença ao Presidente da Assembleia Municipal.-----
Eu não tenho conhecimento de nenhuma alteração a não ser as que decorreram das satisfações ou trabalhos com os Revisores Oficiais de Contas. De resto, não tenho conhecimento de mais nada! Já agora, a este propósito, gostava de salientar que reservas aos exercícios da Câmara não é algo de somenos e que se secundarize. Por isso, apesar de 80% do exercício não ser da nossa responsabilidade, é uma questão de respeito pelo Município da Figueira da Foz.-----
De facto, como aqui foi dito pelos deputados municipais José Fernando Correia e João Raul Portugal, já sabemos que a situação económica do Município é hoje em dia razoavelmente equilibrada e, portanto, qual a razão de se terem quatro reservas?... Por isso, fizemos questão de esclarecer a situação, porque duas destas reservas, para mim, nem ênfase deveriam ser.-----
Em 2011/2012, num destes anos houve três ênfases, reservas em anos anteriores só uma em 2007. Começou a haver três reservas de há uns tempos para cá, agora essas reservas não correspondem a nada de grave.-----
Cada executivo terá a sua opinião e eu respeito, mas no meu entender devemos fazer tudo para que isso não aconteça, porque não há razão para acontecer, não há!----
Eu também já passei por muitos fechos de Contas, em muitos lados, já tive grandes cenas com Revisores Oficiais de Contas e reservas feitas à última da hora, depois de meses de reuniões. Para mim, reservas às Contas, não fazem, a menos que se tenha uma explicação cabal. Ninguém roubou aqui, ninguém está a enganar números, ninguém está a fazer nada, portanto, vamos lá esclarecer isto até ao fim.-----
E restou uma reserva transversal à generalidade dos municípios em relação à prestação de contas dos concessionários, neste caso, da EDP. Perguntei ao Revisor Oficial de Contas por que razão a EDP não prestava contas, e ele respondeu-me que era devido às muitas alterações e flutuação de preços. Mas, de facto, a EDP devia prestar contas, porque era bonito e limpinho não termos nenhuma reserva e nenhuma



ênfase.-----
Quanto à intervenção do deputado municipal José Fernando Correia sobre a Derrama, admito, mas há aqui várias coisas. Vai entrar uma nova chefia nesta área e os orçamentos de transições do executivo, normalmente, são orçamentos dos serviços, e o resto é conversa. Este Orçamento é do Departamento de Administração Geral e Finanças, não é do Vereador Carlos Monteiro ou da sua equipa, se quiserem, nem é meu!-----

Acho que tem razão em relação à Derrama, pois estamos a falar do Orçamento que deve ter as previsões tão adequadas à realidade quando possível. E talvez se justifique, mas eu admito que as receitas dos impostos tenham uma evolução mais favorável do que o previsto, se se mantiver a tendência verificada, nomeadamente, no primeiro trimestre.-----

Se fosse dizer aos deputados ou aos Vereadores da Figueira A Primeira, como deviam votar estas Contas, diria que nos devíamos abster. Mas não é por causa do Partido Socialista ou de nós, é porque eu não posso pedir contas políticas aos serviços. E depois, vieram as reservas dos Revisores Oficiais de Contas e fiquei de boca aberta! Mas o que é isto?! Ainda por cima numa altura de transição política! Nem pensar! Depois de uma campanha sobre a dívida e não dívida tínhamos de esclarecer tudo até ao fim.-----

Estas alterações não decorreram de má vontade, e o que aqui aconteceu foi por práticas motivadas pela boa intenção e boa vontade. Para o ano, se Deus quiser, o exercício será todo nosso, portanto, isto já irá ser muito mais quente e animado.”

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: “Já agora, se me permite, senhor Presidente da Câmara os pontos 5.4, 5.5 e 5.6 na Ordem de Trabalhos têm um asterisco à frente, e nós dizemos «estes pontos só serão discutidos e votados se forem aprovados previamente em reunião de Câmara». Só que as Contas são documentos muito relevantes e extensos e nós, logo que os tivemos, quisemos mandá-los com o máximo de antecedência para os deputados municipais terem tempo de os analisar.-----

Mas é isto, por vezes ser voluntário traz estes problemas! Contudo, a intenção foi distribuir os documentos atempadamente e o senhor Presidente agora acabou de se comprometer com estas datas. Vamos ter de cumprir datas.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Eu compreendo o agastamento do senhor Presidente da Câmara quando chama a atenção por terem sido distribuídos os documentos antes da sua aprovação em sede de reunião de Câmara. Mas eu lembro que um dos documentos tinha



800 páginas, e que foram alteradas desde a 633 até 757 dessas 800 páginas, o que quer dizer que alguns de nós acabaram por receber as emendas quando ainda não tinham chegado à página 633, e também até à Secção 6, porque era impossível.”---

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas do art.º 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, e alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ambas na sua última redação, deliberou, por maioria, com trinta e seis votos a favor dos membros do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, e do membro do Partido Social Democrata Gilberto Fajardo Oliveira, uma abstenção do membro do Bloco de Esquerda, e quatro votos contra dos membros do Partido Social Democrata Manuel Rascão Marques, Paulo Martinho Pinto e Luís Filipe Marques, e do membro da Coligação Democrática Unitária, aprovar os documentos de Prestação de Contas do Município da Figueira da Foz relativos ao ano de 2021, bem como, o Inventário Municipal dos Bens que faz parte integrante do mesmo processo.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.5 - 2.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E AO ORÇAMENTO PARA 2022

Pelo Presidente da Câmara foi presente para apreciação e aprovação a 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2022, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número três à presente ata.-----

Esta revisão tem subjacente a inscrição das novas ações «Administração Geral - Outros Investimentos - Revisões de preços de Obras Concluídas» para acomodar a revisão de preços da empreitada «Reinstalação dos Serviços Técnicos Municipais na Zona da Várzea - ITED e execução de vedações e marcação de estacionamento», «Cultura - Outros Investimentos - Revisão de preços de Obras Concluídas» para acomodar a revisão de preços da empreitada «Museu Etnográfico de Lavos», «Reabilitação da Passagem Pedonal na Avenida Francisco Sá Carneiro», «Apoios a Instituições Culturais e/ou utilização das suas instalações - Protocolo a celebrar com a Fundação Serralves (T. Verba)», de forma a acomodar a despesa resultante da atribuição do estatuto de fundador da Fundação Serralves à Câmara Municipal da Figueira da Foz, «Projeto + Saúde - Serviço Saúde Municipal - Estudos, pareceres, projetos e consultadoria» e «Projeto + Saúde - Serviço Saúde Municipal - Aquisição



de Outros Serviços»; o reforço das dotações das ações «Requalificação do Jardim Municipal e Zonas Envolventes - Beneficiação» tendo em vista o enquadramento da despesa de duas Revisões de Preços, «Desporto, recreio e Lazer - Outros Investimentos - Revisões de Preços de Obras Concluídas - Bens de domínio privado municipal» para enquadramento da despesa resultante da revisão , de preços da empreitada «Medidas de Melhoria do Desempenho Energético da Piscina de Alhadas», «PEDU - Mobilidade - Sistema de Oferta de Bicicletas Partilhadas - 2.ª Fase - Execução de estações - Trabalhos preparatórios» considerando o valor base definido para a empreitada; os ajustamentos das dotações da ação «Reabilitação e Consolidação do Convento de Seiça» para enquadramento da despesa referente a revisões de preços, da plurianualidade da empreitada «Núcleo Museológico do Sal - Quinta Ciência Viva do Sal - Obra», da dotação de várias rubricas de Despesas com o Pessoal, no âmbito do processo de transferência de competências no domínio da Saúde, e de várias outras rúbricas de despesa corrente, atento aos encargos previstos; bem como, a reprogramação do investimento «Circuito de Manutenção da Serra da Boa Viagem (Orçamento Participativo)».

Esta 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2022 foi votada favoravelmente em reunião de Câmara de 20 de abril de 2022, reunião que foi continuada no dia 26 de abril de 2022.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Tal como no ponto anterior, eu vou votar contra esta 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022, e não de 2021 como está na Ordem de Trabalhos. Porém gostaria de deixar duas notas.

Em relação a este ponto, o item 10 que se refere a Serralves desaparece, não é verdade?

E no Capítulo 21 - Educação - agradecia que corrigissem, não são escolas primárias, isso era no meu tempo e no tempo de muitos que aqui estão, são Escolas de 1º Ciclo. Uma declaração de voto *avant-guarde* - o meu voto é, como sempre político, e em muitas áreas estas não seriam as opções da Coligação Democrática Unitária."

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Miguel Jorge.

PEDRO MIGUEL JORGE: "Neste documento há duas ou três questões que me oferecem uma reflexão um pouco mais detalhada, e configuram opções que me suscitam algumas dúvidas e reservas.

Em primeiro lugar, assalta-me desde logo uma reserva relativa à rubrica de Aquisição de Serviços 04.04/02.02.14 - Estudos, pareceres, projetos e consultadoria



- com um reforço de 23.100 euros para a ação Projeto + Saúde. Não pondo em causa os méritos do projeto em si, questiono o princípio subjacente a estas opções de adquirir serviços a entidades externas, muitas vezes com critérios pouco explícitos e sem uma verdadeira fundamentação da sua necessidade.-----

A Câmara Municipal não terá mesmo capacidade instalada e conhecimento nos seus quadros para procederem a estes estudos e organizarem projetos semelhantes, evitando, assim, uma maior despesa pública e revertendo estas verbas para a melhoria global do serviço público prestado aos munícipes?-----

A outra questão tem a ver com a rubrica Transferências Correntes 02.03/04.07.01.01 - Instituições sem fins lucrativos - no âmbito de protocolos e de contratos programa - relativa ao Protocolo a celebrar com a Fundação de Serralves, no valor anual de 25.000 euros. Sabendo que este processo não foi ainda votado em sede de reunião de Câmara, não deixo de assinalar que estamos, neste momento, a autorizar a locação desta verba para esse fim e, desde logo, é uma medida que me provoca muitas reservas.-----

Lembro que, independentemente dos méritos reconhecidos a esta Fundação e da sua relevância a nível nacional, é uma instituição que não deixa de ter no seu seio trabalhadores rececionistas cuja situação profissional carece de legalidade, no entendimento do Bloco de Esquerda, porquanto, há vários anos, exercem as suas funções em regime de prestação de serviços, não obstante estarem inseridas ou inseridos numa equipa, desenvolverem a sua atividade nas instalações do contratante, utilizarem o material da instituição e estarem sujeitos a uma hierarquia. Além disso, apreciaremos mais tarde as contrapartidas para o Concelho da Figueira da Foz previstas no Protocolo.-----

No que concerne aos princípios de utilização dos dinheiros públicos, aproveito o ensejo para reforçar que estas revisões devem sempre ir no sentido de nunca prejudicar o cumprimento da regra do equilíbrio orçamental, o que desde logo esta faz, mas também de assinalarem opções que tenham como fim último o superior interesse da gestão correta e eficaz da coisa pública."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal João Raul Portugal.

JOÃO RAUL PORTUGAL: "O grupo municipal do Partido Socialista vai abster-se neste ponto da Ordem de Trabalhos, mas gostaria de deixar aqui uma nota.-----

Independentemente de estarmos de acordo com algumas questões desta Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento, não podemos deixar de antecipar a questão da Fundação de Serralves.-----



Não querendo apanhar ninguém de surpresa, mas esclarecer e antecipar aquilo que será a nossa posição, direi - se o Protocolo que vier a esta Assembleia Municipal não for claro nem elenque quais serão verdadeiramente as mais valias para este Município, tanto do ponto de vista de exposições, iniciativas e outras mais valias, que justifiquem os 100.000 euros (25.000 euros durante quatro anos), nós não votaremos a favor. E porquê? Porque entendemos que num Protocolo desta natureza, em que despenderemos 100.000 euros para uma Fundação sedeadada no Porto, não sendo claro em que é que vai, obviamente, favorecer Figueira da Foz, não poderemos votar a favor.-----

Estamos disponíveis para ter acesso a documentação e a conversas formais ou informais que nos expliquem mais claramente as contrapartidas. E deixem-me já justificar: porque, no passado, eu sei que este documento esteve para ser presente a reunião de Câmara e, inclusive tive o cuidado de falar presencialmente com a pessoa que acompanhou o Dr. João Ataíde à Fundação de Serralves, na última reunião que tiveram depois de ter sido dado o parecer que está nesses dois documentos da Câmara, e a explicação é que acabou por não ser agendado para reunião de Câmara porque não foram de esclarecidas as questões das contrapartidas e benefícios que o Protocolo traria para o Município da Figueira da Foz.-----

Eu não estou a dizer que, neste caso concreto, não possam estar esclarecidas, e não posso afirmar que o Dr. Santana Lopes até nos venha a esclarecer que, de facto, são um conjunto de iniciativas que o possam justificar, mas se conseguir provar isso nós até poderemos vir a votar favoravelmente, como é óbvio.-----

Entendemos não fazer sentido 100.000 euros em quatro anos sem termos garantias claras das mais valias, nomeadamente, descontos aos figueirenses na Fundação Serralves de 15%/20%/30% em exposições, etc.-----

Caso essa situação não se venha a concretizar, até temos proposta de esses 100.000 euros serem gastos no tecido associativo cultural do Concelho da Figueira da Foz, dividindo-se pelas coletividades, por quatro anos, no programa que a vereação e o executivo assim entendam.-----

Portanto, quando isto aqui vier de novo numa próxima assembleia, precisamos de mais informação detalhada, para nos convencerem a votar favoravelmente.-----

Eu sei que é uma antecipação do ponto, não é isso que estamos a discutir hoje, mas a nossa abstenção vem nesse sentido, pois dentro desta revisão há pontos com os quais concordamos, mas com este ponto não, pelo menos hoje.-----

Vamos, obviamente, viabilizar esta Revisão através da abstenção."-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Eu não tive resposta à minha pergunta. Se o item 10, que se refere a Serralves desaparece, ou não?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Este documento, tal como a generalidade dos instrumentos previsionais, contempla várias possibilidades de investimento, que depois se podem concretizar, ou não. Não pode haver assunção de compromisso com a Fundação de Serralves sem o processo ser deliberado em sede de reunião de Câmara e de sessão da Assembleia Municipal.-----

Portanto, vamos manter esta previsão, porque tem de haver prévia deliberação dos órgãos competentes para se poder celebrar o Protocolo."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara e nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação, deliberou, por maioria, com treze votos a favor dos membros do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, vinte e quatro abstenções dos membros do Partido Socialista, do Partido Social Democrata, Gilberto Fajardo Oliveira, e do Bloco de Esquerda, e quatro votos contra dos membros do Partido Social Democrata, Manuel Rascão Marques, Paulo Martinho Pinto e Luís Filipe Marques, e da Coligação Democrática Unitária, aprovar a 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2022, visando a inscrição das novas ações «Administração Geral - Outros Investimentos - Revisões de preços de Obras Concluídas» para acomodar a revisão de preços da empreitada «Reinstalação dos Serviços Técnicos Municipais na Zona da Várzea - ITED e execução de vedações e marcação de estacionamento», «Cultura - Outros Investimentos - Revisão de preços de Obras Concluídas» para acomodar a revisão de preços da empreitada «Museu Etnográfico de Lavos», «Reabilitação da Passagem Pedonal na Avenida Francisco Sá Carneiro», «Apoios a Instituições Culturais e/ou utilização das suas instalações - Protocolo a celebrar com a Fundação Serralves (T. Verba)», de forma a acomodar a despesa resultante da atribuição do estatuto de fundador da Fundação Serralves à Câmara Municipal da Figueira da Foz, «Projeto + Saúde - Serviço Saúde Municipal - Estudos, pareceres, projetos e consultadoria» e «Projeto + Saúde - Serviço Saúde Municipal - Aquisição de Outros Serviços»; o reforço das dotações das ações «Requalificação do Jardim



Municipal e Zonas Envolventes - Beneficiação» tendo em vista o enquadramento da despesa de duas Revisões de Preços, «Desporto, recreio e Lazer - Outros Investimentos - Revisões de Preços de Obras Concluídas - Bens de domínio privado municipal» para enquadramento da despesa resultante da revisão , de preços da empreitada «Medidas de Melhoria do Desempenho Energético da Piscina de Alhadãs», «PEDU - Mobilidade - Sistema de Oferta de Bicicletas Partilhadas - 2.ª Fase - Execução de estações - Trabalhos preparatórios» considerando o valor base definido para a empreitada; os ajustamentos das dotações da ação «Reabilitação e Consolidação do Convento de Seiça» para enquadramento da despesa referente a revisões de preços, da plurianualidade da empreitada «Núcleo Museológico do Sal - Quinta Ciência Viva do Sal - Obra», da dotação de várias rubricas de Despesas com o Pessoal, no âmbito do processo de transferência de competências no domínio da Saúde, e de várias outras rúbricas de despesa corrente, atento aos encargos previstos; bem como, a reprogramação do investimento «Circuito de Manutenção da Serra da Boa Viagem (Orçamento Participativo)».

Deliberação aprovada em minuta.

5.6 - PROPOSTA DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ COMO FUNDADOR DA FUNDAÇÃO SERRALVES

Este ponto foi retirado da Ordem de Trabalhos, por não ter sido votado em sede de reunião de Câmara Municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

5.7 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE ESPAÇO PARA CAFETARIA NO JARDIM MUNICIPAL

Pelo Presidente foi proposto o início de um procedimento para Concessão de Exploração de Espaço para Cafetaria localizado no Jardim Municipal, através de Concurso Público, nos termos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

Integram o processo as peças do procedimento do Concurso Público (Programa de Concurso e Caderno de Encargos), documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos, constituindo o anexo número quatro à presente ata.

Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 20 de abril de 2022, reunião que foi continuada em 26 de abril de 2022.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal João Raul Portugal.

JOÃO RAUL PORTUGAL: "A fórmula respeitante aos critérios de adjudicação aprovada em reunião de Câmara - Valor da Renda Mensal - 40% (quarenta por cento); Plano de



Exploração do Espaço - 50% (cinquenta por cento); e Experiência Profissional - 10% (dez por cento) - é diferente da constante nos documentos deste processo. Poderá ser um erro dos serviços, mas importa sabermos os valores corretos que, de facto, iremos aqui votar."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "O que ficou estabelecido em reunião de Câmara foi não ser o critério do preço o mais importante e alterou-se, na sequência duma proposta do Vereador Carlos Monteiro, para ser mais importante a avaliação qualitativa em relação ao Plano de Exploração do Espaço. Já não tenho de cabeça os valores ao certo, mas é isso."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Pedro Miguel Jorge.-----

PEDRO MIGUEL JORGE: "Uma nota muito breve e mais para memória futura do que outra coisa."-----

Nada tenho nada a opor, em concreto, a este ponto relativo a uma concessão de espaço para o fim de cafetaria e nos moldes em que está previsto.-----

Contudo, preferia debruçar-me sobre uma possível concessão para um espaço que deveria estar enquadrado numa envolvência mais verde, mais efetivamente Jardim, de que tem, infelizmente, pouco, só um solo quase completamente impermeabilizado numa zona que é prolongamento de uma das principais áreas verdes da Cidade. Mas já está feito!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausente o membro do Partido Social Democrata, Manuel Rascão Marques, sob proposta da Câmara e nos termos da alínea p) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por maioria, com trinta e sete votos a favor dos membros do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Partido Social Democrata, Gilberto Fajardo Oliveira, e Coligação Democrática Unitária, três abstenções dos membros do Partido Social Democrata, Paulo Martinho Pinto e Luís Filipe Marques, e do Bloco de Esquerda, e sem votos contra, autorizar o Município da Figueira da Foz a celebrar o Contrato de Concessão de Exploração de Espaço para Cafetaria localizado no Jardim Municipal, pelo prazo de dez anos, sem possibilidade de qualquer renovação, cujas condições gerais são as constantes das peças do procedimento concursal para esse efeito, aprovadas em sede de reunião de Câmara



de 20 de abril de 2022.-----

A Assembleia Municipal tomou ainda conhecimento da alteração da fórmula respeitante aos critérios de adjudicação que passaram a ser os seguintes: Valor da Renda Mensal - 40% (quarenta por cento); Plano de Exploração do Espaço - 50% (cinquenta por cento); e Experiência Profissional - 10% (dez por cento).-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.8 - PLANO DE PORMENOR DA 1.ª FASE DA ÁREA INDUSTRIAL E EMPRESARIAL DO PINHAL DA GANDRA

Pelo Presidente da Câmara foi presente a proposta final do Plano de Pormenor da 1.ª Fase da Área Industrial e Empresarial do Pinhal da Gandra, acompanhada do Relatório de Ponderação da Discussão Pública, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número cinco à presente ata.---- Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 20 de abril de 2022.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Só salientar a importância deste documento para o Município. Ainda uma inconfidência, nestes dias estamos a trabalhar com a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal num projeto de investimento, com um investidor que pretende entre 08,5 até 10 hectares, mesmo ainda antes de ser infraestruturado.-----

Têm sido várias estas solicitações num projeto que está no estatuto de Projeto de Interesse Nacional e, portanto, quero congratular-me com este momento, mesmo antes da votação, que foi por unanimidade na Câmara Municipal. Isto é essencial para o Município da Figueira da Foz!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas da alínea r) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, n.º 5 do art.º 48.º da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, e n.º 1 do art.º 90.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, todas na sua última redação deliberou, por unanimidade, aprovar o Plano de Pormenor da 1.ª Fase da Área Industrial e Empresarial do Pinhal da Gandra.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.9 - LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DAS AUTORIZAÇÕES PRÉVIAS GENÉRICAS CONCEDIDAS PELA ASSEMBLEIA



MUNICIPAL EM 18 DE DEZEMBRO DE 2020 E 20 DE DEZEMBRO DE 2021

- PARA CONHECIMENTO

Pelo Serviço de Contratação Pública, foi presente uma informação datada de 11 de abril de 2022, anexando a lista dos contratos celebrados ao abrigo das autorizações prévias genéricas favoráveis à assunção de compromissos plurianuais, concedidas pelas deliberações da Assembleia Municipal de 18 de dezembro de 2020 e 20 de dezembro de 2021, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido constituindo o anexo número seis à presente ata.-----

Este processo foi presente para conhecimento à reunião de Câmara de 20 de abril de 2022.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato ao ponto seguinte.-----

A Assembleia Municipal, ao abrigo das disposições emergentes da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, e do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambos na sua última redação, tomou conhecimento dos contratos assumidos pelo Município da Figueira da Foz na abrangência das autorizações prévias genéricas favoráveis à assunção de compromissos plurianuais, concedidas pelas deliberações da Assembleia Municipal de 18 de dezembro de 2020 e 20 de dezembro de 2021.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Agora, concluída a nossa ordem de trabalhos, colocava à votação a aprovação desta ata em minuta."-----

A Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar esta ata em minuta.-

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada encerrada a sessão eram dezanove horas e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário, nos termos da Lei.-----